



MANUAL PARA O PLANEAMENTO E GESTÃO DE PROGRAMAS ACSA:

COMO CRIAR SERVIÇOS
DE SAÚDE ANIMAL
COMUNITÁRIOS
SUSTENTÁVEIS
E DE QUALIDADE

Declaração de exoneração de responsabilidade

Este documento foi possível graças ao apoio prestado pelo Gabinete de Assistência Humanitária da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, ao abrigo do prémio n.º 720BHA21IO00330 "Strengthening the enabling environment for Community Animal Health Workers (CAHWs) through development of competency and curricula guidelines". Este prémio é implementado pela Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA, fundada como OIE) em colaboração com a Vétérinaires Sans Frontières International (VSF-Int). As opiniões expressas neste documento são da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os pontos de vista da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

Citação sugerida

Vétérinaires Sans Frontières International (2024). Manual para o planeamento e gestão de programas ACSA: Como criar serviços de saúde animal comunitários sustentáveis e de qualidade. Bruxelas, Bélgica.

Produção

Vétérinaires Sans Frontières International

Rue de la Charité 22, 1210 Bruxelas, Bélgica

Email : info@vsf-international.org

www.vsf-international.org

Fotografias da capa:

© Arlette Bashizi / VSF Belgium

© Tim Dirven / VSF Belgium

© Arlette Bashizi / VSF Belgium

© Heifer International

© CRS Guatemala

Fotografias da capa traseira:

© Martin Demay / VSF Belgium

© Aga Khan Foundation

© Tim Dirven / VSF Belgium

© Arlette Bashizi / VSF Belgium

AGRADECIMENTOS

Autor principal:

Alexia RONDEAU

A Vétérinaires Sans Frontières International gostaria de agradecer a todos os revisores externos que voluntariamente contribuíram com o seu tempo e conhecimentos para esta publicação:

Mohamed Ali ABDIRAHMAN (The Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH)

Poncianah AKUMU (Samaritan's Purse International Relief-South Sudan Office)

Robyn ALDERS (Development Policy Centre, Australian National University)

Chris BARTELS (Animal Health Works)

Suzan BISHOP

Pat BOLAND (Rural Poultry Centre in Malawi)

Raymond BRISCOE (Dutch Committee for Afghanistan/Associação Veterinária Mundial)

Xyomara CHAVEZ PACHECO (OMSA)

Sonia FEVRE (OMSA)

Saskia HENDRICKX (Feed the Future Innovation Lab for Livestock Systems of University of Florida)

Christine JOST (Consultora Sénior de Pecuária da USAID/GH/ID (GH/TAMS))

John Yovens LAFFA (FAO Tanzânia/VSF Áustria)

Tim LEYLAND (Livestock Inc. Ltd)

Abdourahmane MAHAMAN (Comité Internacional da Cruz Vermelha)

Seiffuddin MALOO (consultor em matéria de pecuária e segurança alimentar)

Barbaruah Islam MIFTAHUL (Vet Helpline India Pvt. Ltd)

Faith OWUOR (Care International)

Hervé PETIT (perito associado de Agronomes et Vétérinaires Sans Frontières)

Yacoubou SANGARE (consultor agro-pastoril)

Tinni SAWHNEY (Aga Khan Foundation)

Mark SELLERS (USAID/BHA)

David SHERMAN (OMSA)

Laura SKIPPEN (Brooke)

Jérôme THONNAT (Institut Agro Montpellier)

Joseph TRITSCHLER (USAID/BHA)

Ogheneovo UGBEBOR (Ikore International Development)

Cathy WATSON

O autor gostaria também de agradecer as valiosas contribuições dadas pelos seguintes membros da VSF International:

Moussa BALDE (Agronomes et Vétérinaires Sans Frontières)

Martin BARASA (Vétérinaires Sans Frontières Germany)

Marta CARMINATI (Veterinari Senza Frontiere Italia)

Manuel Dargent FIGUEIREDO (Veterinários Sem Fronteiras Portugal)

Margherita GOMARASCA (Vétérinaires Sans Frontières International)

Sophoan MIN (Agronomes et Vétérinaires Sans Frontières)

Sabine PATRICOT (Agronomes et Vétérinaires Sans Frontières)

Denis RIPOCHE (Vétérinaires Sans Frontières Belgium)

Vincent de Paul SANVURA (Vétérinaires Sans Frontières Belgium)

Edouard TIMMERMANS (Vétérinaires Sans Frontières Belgium)

Gilles VIAS (Vétérinaires Sans Frontières Belgium)

A VSF International agradece:

Laura ELEY, Xyomara CHAVEZ PACHECO,

Alice DE OLIVEIRA MATOS, Carolina PINTO BRANDAO

e **Clément THIBAUT**

pela sua revisão linguística.

Conceção gráfica e paginação

Beltza



LISTA DE ABREVIATURAS

ACA: Agentes comunitários do ambiente

ACS: Agentes comunitários de saúde

ACSA: Agentes comunitários de saúde animal

APEA: Associações de Poupança e Empréstimo de Aldeias

AU-IBAR: União Africana - Gabinete Internacional de Recursos Animais

BHA: Gabinete de Assistência Humanitária

LEGS: Livestock Emergency Guidelines and Standards
(Diretrizes e Normas para Emergências Pecuárias)

OMSA: Organização Mundial de Saúde Animal

ONG: Organizações Não Governamentais

OSC: Organizações da sociedade civil

OVO: Organismo Veterinário Oficial

PPP: Parcerias Público-Privadas

TAV: Técnico Auxiliar de Veterinária

TIC: Tecnologias da informação e da comunicação

USAID: United States Agency for International Development
(Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)

VSF: Veterinários Sem Fronteira

WVA: World Veterinary Association (Associação Veterinária Mundial)



ÍNDICE

Agradecimentos	6
PILAR 1 Analisar o contexto e as necessidades locais com as comunidades	8
PILAR 2 Conceber o programa ACSA de forma participativa	12
PILAR 3 Selecionar os candidatos certos a ACSA	14
PILAR 4 Formar os ACSA adequadamente	20
Metodologia para a criação de um quadro de competências	21
Técnicas de ensino	22
Recomendações práticas	23
Competências dos formadores dos ACSA	25
Materiais de formação	26
Avaliação e certificação	26
PILAR 5 Planear a supervisão e a formação contínua	28
Vantagens da supervisão por um médico veterinário ou TAV privado quando os serviços veterinários públicos são limitados	29
Modalidades de acompanhamento do ACSA	30
Formalização do quadro de colaboração	31
Formação contínua	31
PILAR 6 Planear o acesso a medicamentos veterinários de qualidade e a equipamento	32
Criação/reforço da cadeia de abastecimento	32
Fornecimento de kit inicial	34
Meios de transporte	35
Importância da cadeia de frio	35
PILAR 7 Assegurar a sustentabilidade financeira do programa	36
Atividades do setor privado	36
Oportunidades de progressão na carreira	38
Cooperativas/associações ACSA	38
Contratação de serviços entre os criadores de gado, os ACSA e o seu supervisor	39
Atividades do setor público	40

Recomendações para melhorar a sustentabilidade e a qualidade dos serviços prestados pelos ACSA	42
Para os organismos veterinários oficiais	43
Para os serviços veterinários nacionais e os ministérios da tutela	44
Para iniciativas privadas, públicas e de organizações da sociedade civil que planeiem formar e mobilizar ACSA	46
Para doadores/parceiros financeiros	48
Bibliografia	50



INTRODUÇÃO

Em muitos países do mundo, os Agentes Comunitários de Saúde Animal (ACSA) prestam serviços básicos de saúde e produção animal aos criadores de gado, em áreas onde os serviços veterinários públicos e privados não conseguem assegurar regularmente serviços locais. Desde que os primeiros projetos de ACSA foram lançados no início dos anos 90, os métodos utilizados para selecionar, formar e supervisionar os ACSA evoluíram e variaram muito entre países e dentro de cada país. Formados por iniciativa de organizações da sociedade civil¹ (OSC), de programas governamentais ou de atores privados, os ACSA podem enfrentar desafios para permanecerem parte do sistema de saúde animal na sua área a longo prazo, geralmente devido à falta de formação, supervisão e legislação adequadas. No entanto, esta integração é uma condição essencial para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos serviços que prestam aos criadores de gado e às autoridades veterinárias.

¹ As organizações da sociedade civil (OSC) podem ser definidas como organizações não mercantis e não estatais. São exemplos as organizações não governamentais (ONG), as fundações públicas e privadas, as associações profissionais, os institutos de investigação independentes, as cooperativas, etc.

Tendo em conta estes desafios, este manual foi desenvolvido para os responsáveis pelo planeamento e gestão dos programas de ACSA, quer sejam médicos veterinários privados ou públicos, Técnicos Auxiliares de Veterinária (TAV) ou funcionários das OSC. Concebido como um guia prático, este manual reúne recomendações para melhorar as abordagens, baseadas em 7 pilares:

-  **PILAR 1**
ANALISAR O CONTEXTO E AS NECESSIDADES LOCAIS COM AS COMUNIDADES
-  **PILAR 2**
CONCEBER O PROGRAMA ACSA DE FORMA PARTICIPATIVA
-  **PILAR 3**
SELECIONAR OS CANDIDATOS CERTOS A ACSA
-  **PILAR 4**
FORMAR OS ACSA ADEQUADAMENTE
-  **PILAR 5**
PLANEAR A SUPERVISÃO E A FORMAÇÃO CONTÍNUA
-  **PILAR 6**
PLANEAR O ACESSO A MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS DE QUALIDADE E A EQUIPAMENTO
-  **PILAR 7**
ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO PROGRAMA



As melhorias recomendadas para as iniciativas privadas, públicas ou das OSC só terão um impacto duradouro se for desenvolvido um quadro institucional favorável aos ACSA, nos países onde a sua presença é necessária. Por conseguinte, no final do manual, são feitas recomendações para melhorar a sustentabilidade e a qualidade dos serviços dos ACSA a nível nacional. Estas recomendações são dirigidas a:

- atores institucionais: Órgãos estatutários veterinários, serviços veterinários nacionais e ministérios setoriais,
- iniciativas privadas, públicas ou de organizações da sociedade civil que planeiem formar e mobilizar os ACSA,
- e doadores/parceiros financeiros que planeiem apoiar os programas do ACSA.

Este manual foi desenvolvido pela Vétérinaires Sans Frontières (VSF) International no âmbito do projeto “Strengthening the enabling environment for community animal health workers (CAHWs) through development of competency and curricula guidelines”, implementado pela Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA, fundada como OIE) e pela VSF International com financiamento do Bureau for Humanitarian Assistance (BHA) da USAID. As lições aprendidas e as recomendações contidas neste manual baseiam-se nas conclusões de uma análise global da literatura (Hoots, 2022) e em estudos de caso em 4 países (Burundi, Camboja, Níger e Sudão do Sul). O conteúdo deste manual foi revisto através de consultas com peritos em ACSA de diferentes organizações e países.

Durante este projeto, muitas das pessoas contactadas expressaram o desejo de receber recomendações concretas e de fácil leitura para melhorar a eficácia e a sustentabilidade dos seus programas de ACSA. Este manual foi produzido com o objetivo de responder a esta necessidade.



O QUE É UM ACSA?

“Um agente comunitário de saúde animal (ACSA) é uma pessoa selecionada na ou pela sua própria comunidade e que recebe uma formação profissional curta, inicial ou recorrente, para prestar serviços básicos de saúde animal e de criação de animais, em conformidade com as normas nacionais de bem-estar animal. Os ACSA operam com base numa taxa por serviço ou outros meios, atuam sob a responsabilidade² de um médico veterinário registado, um TAV registado ou um funcionário apropriado; e são ativos na sua comunidade. Os ACSA também podem desempenhar um papel importante numa série de tarefas sanitárias, como a notificação de doenças.”
(Definição operacional do grupo ad hoc da OMSA, 2024)



² A noção de responsabilização é particularmente importante para o reconhecimento dos ACSA pelas autoridades veterinárias. Atualmente, um ACSA pode ser supervisionado e/ou dirigido por um veterinário privado ou por um técnico auxiliar de veterinária, por um funcionário dos serviços públicos de pecuária ou de veterinária, ou pelo pessoal do projeto e/ou pelo formador durante a duração do projeto. Em alguns casos, os ACSA podem trabalhar sem supervisão: estas situações são problemáticas e devem evoluir para um sistema supervisionado o mais rapidamente possível. Neste manual, a pessoa responsável pela supervisão dos ACSA na garantia da qualidade dos seus serviços aos criadores de gado e às autoridades veterinárias é designada por “supervisor”.

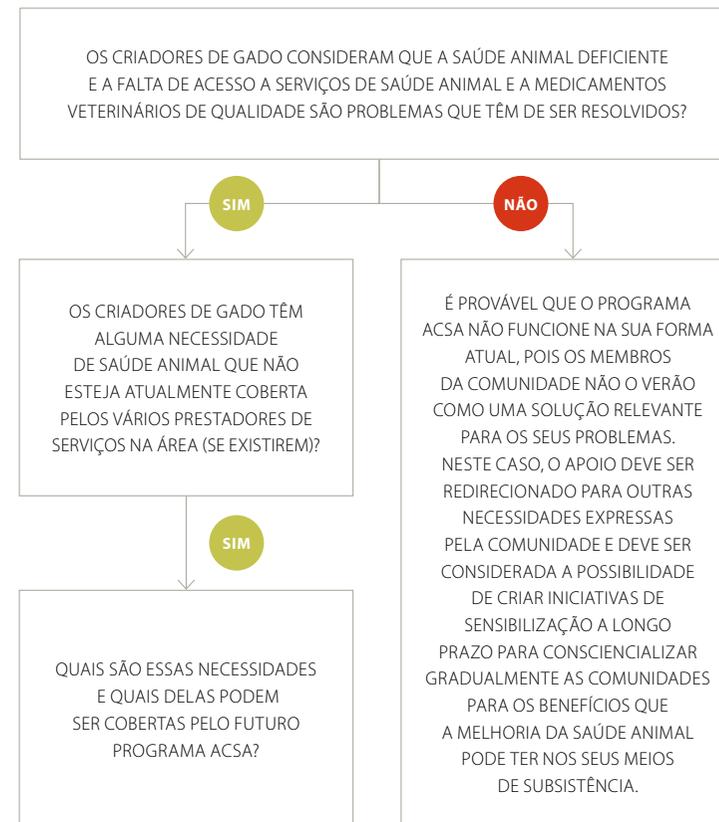
1

ANALISAR O CONTEXTO E AS NECESSIDADES LOCAIS COM AS COMUNIDADES

O primeiro passo de qualquer programa de ACSA é uma **análise do contexto local e uma avaliação das necessidades dos criadores de gado**. Este passo deve fornecer provas de que a formação dos ACSA será, de facto, uma solução relevante para as necessidades expressas pela comunidade. Esta análise deve ser efetuada de forma participativa e em coordenação com os representantes da comunidade local. Deve incluir todas as partes locais interessadas relevantes para a saúde animal e a criação de gado: criadores e pastores, associações de criadores de gado, autoridades locais e serviços veterinários públicos, atores privados (prestadores de serviços e/ou fornecedores de produtos), curandeiros tradicionais, etc. As necessidades das mulheres, dos jovens e de outros grupos marginalizados também devem ser ouvidas e consideradas nesta fase.



Devem ser colocadas as seguintes questões:



Os níveis de comprometimento e as competências relacionadas com a saúde animal variam consoante o tipo de criadores de gado (pastores, agricultores rurais de produção mista (culturas-pecuária), agricultores periurbanos). Por exemplo, os pastores têm geralmente níveis mais elevados de conhecimentos indígenas e um maior compromisso com a saúde animal do que os agricultores periurbanos. Estas características específicas devem ser consideradas aquando da análise das necessidades das comunidades.

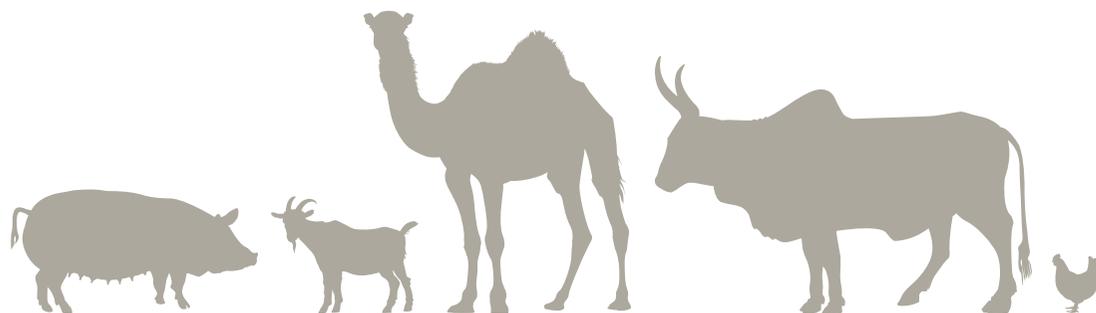


Os criadores de gado precisam de identificar e dar prioridade às principais doenças animais e aos problemas de gado encontrados na(s) sua(s) área(s). Esta fase de avaliação das necessidades deve basear-se na utilização de **abordagens e métodos participativos** (incluindo a epidemiologia participativa)³ e deve reconhecer o conhecimento indígena das doenças dos animais. Entre os problemas detetados, é necessário identificar os que podem ser tratados pelos ACSA (isto determinará, em parte, o programa de formação para os futuros ACSA, ver [Pilar 4](#)) e os que terão de ser tratados por outros atores.

Ao identificar estas prioridades, deve ter-se o cuidado de incluir todos os membros da comunidade, incluindo as mulheres e outros grupos marginalizados, e de considerar espécies de ciclo curto, como as aves de capoeira e os pequenos mamíferos (porcos, coelhos), bem como espécies de maior valor, como os pequenos ruminantes, o gado bovino e os animais de tração, como camelos, burros e cavalos.

Juntamente com a avaliação das necessidades, uma **análise participativa do contexto local** ajudará a identificar quaisquer **oportunidades e ameaças** que precisem de ser antecipadas para a criação de um programa de ACSA. Esta análise deve ser realizada com as partes locais interessadas, uma vez que estas estão em melhor posição para compreender as características económicas, agroclimáticas e socioculturais da sua área. Note-se que, como este contexto local é suscetível de mudar ao longo do tempo, será necessário repetir esta análise com as informações atualizadas antes de iniciar qualquer nova iniciativa de formação de ACSA, para identificar se e onde é necessário o destacamento de novos ACSA.

Ao combinar a epidemiologia participativa e a análise institucional, devem ser considerados os seguintes elementos (tabela adaptada de Ministère de l'Élevage du Niger, 2015).



DURANTE ESTA ANÁLISE PARTICIPATIVA INICIAL, O MAPEAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO EXISTENTE É FUNDAMENTAL.

Uma análise das partes interessadas ajudará a identificar os prestadores de serviços de saúde animal (como médicos veterinários ou TAV) já ativos na área que pode ser afetada pela implantação de ACSA. Em particular, acrescentar um ACSA numa zona onde já existe um ACSA que satisfaz as necessidades da comunidade é contraproducente (desencorajamento, concorrência ou mesmo conflito, potencial inviabilidade e não gestão dos ACSA menos ativos) e representa um investimento desnecessário. Portanto, o número e a localização dos futuros ACSA a serem formados precisam de ser definidos cuidadosamente para garantir a equidade no acesso ao serviço por parte dos criadores de gado, sem criar um excesso de oferta.

³ A epidemiologia participativa (EP) é um ramo em evolução da epidemiologia veterinária, que utiliza uma combinação de competências de comunicação do profissional e métodos participativos, para melhorar o envolvimento dos detentores de animais na análise de problemas de doenças animais e na conceção, implementação e avaliação de programas e políticas de controlo de doenças (Catley et al., 2012). As abordagens participativas podem incluir a avaliação rural participativa e a investigação-ação participativa, e os métodos participativos incluem, entre outros, entrevistas informais, classificação e pontuação, visualização e observação direta (Alders et al, 2020).

OPORTUNIDADES



- Necessidades e preocupações da população relativas à criação de gado
- Números e tipos de gado, incluindo a estabilidade/mobilidade dos efetivos ao longo das estações (que pode influenciar a dinâmica da procura de serviços de saúde animal)
- Características da população (densidade de criadores de gado, conhecimentos, importância da criação de gado)
- Questões importantes de saúde animal que os ACSA podem tratar
- Presença de um ambiente institucional favorável (estatuto jurídico para os ACSA, quadro de referência nacional de autoridades autorizadas, apoio das autoridades veterinárias centrais e locais)
- Dinamismo económico da zona e do sector pecuário em particular, presença de mercados funcionais e de cadeias e redes de abastecimento fiáveis
- Presença (ou intenções) de programas nacionais, regionais ou locais de controlo de doenças (erradicação da peste dos pequenos ruminantes, controlo da brucelose, etc.)
- Dinamismo do meio associativo (associações de criadores de gado, associações de ACSA, sinergias possíveis com projetos de desenvolvimento parceiros e ONG)
- Tipos e natureza dos programas de poupança comunitária e outros tipos de serviços financeiros acessíveis aos ACSA e às comunidades ([Pilar 2](#))
- Presença de prestadores de serviços de saúde animal que podem ser afetados positivamente pela formação dos ACSA: ACSA, médicos veterinários e TAV privados, serviços veterinários públicos locais (explorando oportunidades de supervisão e fornecimento de ACSA, ver [Pilares 5 e 6](#))

AMEAÇAS



- Falta de vontade de pagar pelos serviços de saúde animal
- Baixo nível de informação/sensibilização dos criadores de gado para as questões de saúde animal
- Historial de insucesso da vacinação ou de outros problemas na zona que tenham levado os criadores de gado a perder a confiança nos serviços de saúde animal em geral
- Concorrência desleal (mercado informal, vendedores ambulantes, alguns agentes dos serviços veterinários públicos, projetos que contornam o sector privado com produtos e serviços subsidiados, prestadores de serviços clandestinos não qualificados que se fazem passar por ACSA competentes, etc.)
- Presença de medicamentos veterinários de contrafação e de qualidade inferior
- Infraestruturas inadequadas (redes de transporte e de abastecimento de produtos/materiais veterinários, postos de vacinação, etc.)
- Presença de prestadores de serviços de saúde animal que podem ser afetados negativamente pela formação dos ACSA



© Arlette Bashizi / VSF Belgium



2

CONCEBER O PROGRAMA ACSA DE FORMA PARTICIPATIVA



As comunidades devem ser **ativamente** envolvidas em todas as fases do processo: análise, concepção, execução, acompanhamento e avaliação. Não devem ser apenas informadas ou consultadas; devem tomar decisões, tomar iniciativas e partilhar recursos. O envolvimento da comunidade é um elemento importante para a sustentabilidade do programa, uma vez que estimula o seu interesse em manter as iniciativas ao longo do tempo (Catley & Leyland, 2001).



As modalidades de funcionamento do programa ACSA devem ser **definidas coletivamente** e de **forma participativa**, a fim de permitir que todas as partes interessadas expressem as suas preocupações, definam os métodos de execução que mais lhes convêm e cheguem a acordo sobre os respetivos papéis e responsabilidades no programa.

As etapas seguintes devem ser decididas de forma participativa:

- 1** Definir os **tipos de serviços** a oferecer com base nos problemas de saúde animal identificados e na análise do contexto inicial ([Pilar 1](#)). Estes serviços devem também estar em conformidade com o quadro de referência nacional de atividades autorizadas para os ACSA, caso exista. Ter em consideração a forma como estes serviços irão satisfazer as necessidades dos diferentes perfis de detentores de animais na área (perfil etário, género, sistema de produção animal, etc.).
- 2** Definir as modalidades de **seleção e formação** dos ACSA e o papel de cada um dos intervenientes na execução destas duas fases ([Pilar 3](#) e [Pilar 4](#)).
- 3** Explorar a forma como **a comunidade pode contribuir financeiramente e/ou com materiais para o programa** (partilhando os custos de formação ou o fornecimento inicial de equipamento, por exemplo). Esta participação financeira e material é mais fácil de encorajar quando as próprias comunidades participaram nas reflexões e decisões ligadas à concepção do programa.



4 Chegar a um acordo sobre as **condições de remuneração dos ACSA**. A implementação de serviços de saúde animal pode ser dispendiosa e as comunidades terão que oferecer uma remuneração em dinheiro ou em géneros para que os ACSA possam continuar a ser recursos comunitários sustentáveis, incluindo a renovação e manutenção do seu stock de medicamentos veterinários e equipamento. As condições de pagamento, o preço dos serviços e as margens a aplicar devem ser definidos coletivamente para encorajar os criadores de gado a **aceitar serviços pagos**. **Para além** deste incentivo financeiro, necessário para a sustentabilidade do programa, os ACSA podem beneficiar de outras vantagens (por exemplo, isenção de tarefas coletivas obrigatórias) e podem também ser motivados pela melhoria do seu estatuto social, pelas competências que adquirem em matéria de saúde e produção animal e pelo facto de ajudarem os membros da sua comunidade.

5 Explorar as possibilidades de os ACSA terem **acesso a serviços financeiros locais, formais ou informais**, que lhes permitam poupar dinheiro para a compra de equipamento dispendioso ou para o reabastecimento do kit, por exemplo. De facto, existem agora muitas opções locais que podem ser exploradas, tais como grupos de poupança baseados na comunidade e fundos rotativos (por exemplo, associações de poupança e empréstimos da aldeia), ou cartões eletrónicos fornecidos pelo banco disponíveis nas farmácias veterinárias locais e aplicações móveis para microfinanciamento e transferência de dinheiro.

6 **Definir as relações técnicas e comerciais que os ACSA terão com outros prestadores de serviços de saúde animal na zona.** É importante considerar como um programa de ACSA pode ser implementado em sinergia com os atores públicos e privados existentes. Por outras palavras, como é que os ACSA podem ser ligados a outros atores apropriados para o seu acompanhamento, mentoria e formação contínua ([Pilar 5](#)), bem como para o fornecimento de medicamentos veterinários e equipamento de qualidade ([Pilar 6](#))?

7 **Definir como as atividades dos ACSA serão supervisionadas:** logicamente, o acompanhamento das atividades é da responsabilidade do supervisor, mas os criadores de gado, enquanto clientes dos ACSA, e outros atores locais relevantes (associações de criadores de gado, autoridades locais) têm um papel a desempenhar neste sistema de supervisão. Enquanto o supervisor assegura um acompanhamento mais técnico do ACSA, os membros da comunidade fornecem informações sobre a conduta e a ética (cumprimento das regras, qualidade dos serviços, relações com os criadores de gado). O seu envolvimento também desenvolve o sentido de responsabilidade dos ACSA perante as suas comunidades. A monitorização deve, portanto, envolver todos os intervenientes relevantes e incluir visitas regulares ao terreno e um mecanismo de feedback da comunidade. Sempre que possível, considerar a utilização de opções de TIC para permitir uma monitorização dos ACSA estruturada e centrada em dados concretos (ver [Pilar 5](#)).

8 **Realizar uma avaliação de impacto participativa:** uma vez que o programa ACSA é concebido principalmente para responder às necessidades expressas localmente, a avaliação de impacto participativa é essencial para garantir que as perspetivas das comunidades sejam tidas em conta. Os resultados da avaliação de impacto devem ser cruzados com as necessidades inicialmente identificadas para adaptar, se necessário, as estratégias e as soluções previstas.

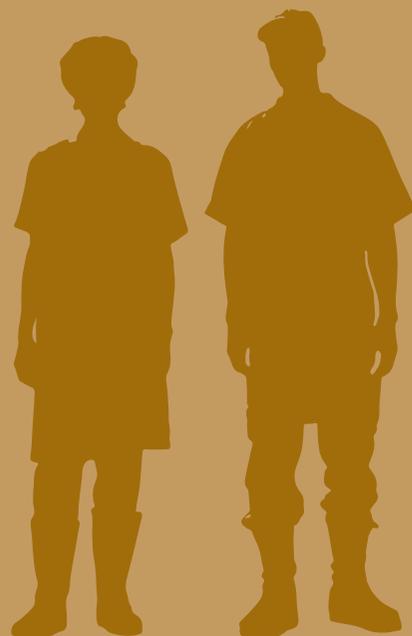
As expectativas, nomeadamente relativas à remuneração, devem ser esclarecidas com os ACSA. Na maioria dos casos, o trabalho como ACSA é apenas um rendimento adicional a outra atividade geradora de rendimentos. É importante que os futuros ACSA estejam cientes das condições de trabalho que se esperam, para evitar desilusões ou o abandono do programa uma vez no terreno. A este respeito, pode ser útil envolver os ACSA das localidades vizinhas, caso existam, para que possam trocar impressões com as comunidades e os novos candidatos a ACSA sobre a realidade do seu trabalho.



3

SELECIONAR OS CANDIDATOS CERTOS A ACSA

As modalidades de seleção dos ACSA dependem do contexto e devem ser decididas durante a conceção participativa do programa (Pilar 2). No entanto, existem algumas diretrizes que podem ser aplicadas a todas as situações.



1 O **processo de seleção** (explicação, escolha e validação dos critérios, identificação dos candidatos, decisão final) deve ser **transparente, participativo e adaptado aos costumes locais**. Em todos os casos, a escolha final deve ser justificada e explicada a todas as partes interessadas.

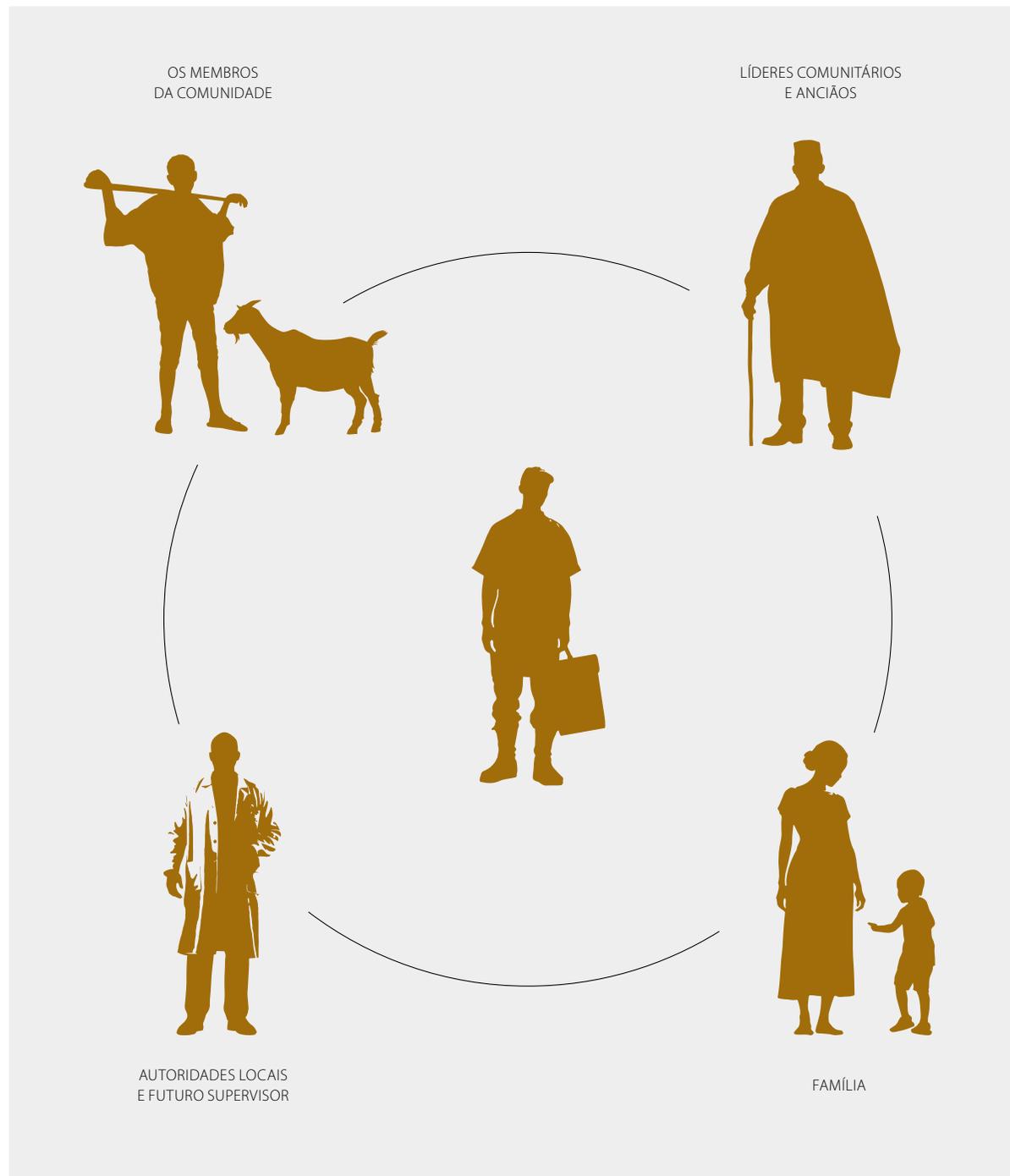


2 O processo de identificação da pessoa certa **leva tempo** e assenta na **construção de uma relação de confiança** entre a comunidade e o programa que planeia formar os ACSA. Esta fase deve prever tempo suficiente para dar a todos os membros da comunidade a oportunidade de exprimirem as suas opiniões, aumentando assim as hipóteses de selecionar a pessoa certa.



3 É importante envolver:

- **Membros da comunidade** (e das comunidades vizinhas, se for o caso) que desempenham um papel fundamental no programa.
- **Líderes comunitários e anciãos**, bem como **grupos ou associações locais relevantes**. Estes atores reconhecidos e respeitados são essenciais para obter o apoio dos membros da comunidade.
- **Autoridades locais, incluindo os serviços veterinários públicos locais**: a sua presença reforça a legitimidade dos ACSA aos olhos da comunidade e estimula um sentido de responsabilidade por parte dos ACSA selecionados.
- **O futuro supervisor** - que assumirá a responsabilidade pelas ações dos ACSA que trabalham sob a sua direção perante as autoridades veterinárias - tem de ser envolvido no processo de seleção dos ACSA. Isto ajuda a estabelecer uma relação de confiança mútua e responsabilidade desde o início. Por exemplo, pode ser considerado um processo de seleção em duas fases, com uma pré-seleção pela comunidade seguida de uma escolha final envolvendo o supervisor (Pil, 2023).
- Também se verificou que o apoio e a aceitação da **família dos ACSA** podem desempenhar um papel importante na sustentabilidade da sua atividade, particularmente quando se selecionam ACSA do sexo feminino. Neste contexto, devem ser mantidas discussões com os cônjuges e sogros para resolver quaisquer apreensões e garantir o seu apoio à mulher ACSA no seu novo papel.



Os **critérios de seleção** a utilizar devem ser decididos e aprovados de forma participativa pelas partes locais interessadas, de modo a ter em conta as características específicas do contexto local e a promover a **aceitação social** dos futuros ACSA pelas suas comunidades. Por outro lado, o estabelecimento de um conjunto mínimo de critérios oficiais a nível nacional é frequentemente encorajado pelos decisores, como forma de garantir uma certa homogeneidade na “categoria profissional” e de promover o reconhecimento institucional dos ACSA. Por conseguinte, deve ser considerado um compromisso, combinando um conjunto de critérios pré-definidos⁴, que todos os ACSA de um país devem cumprir, com critérios adicionais (ou “atributos”) formulados de forma participativa pelos intervenientes locais.

Com base na revisão da literatura dos VSF-Int (Hoots, 2022) e nos 4 estudos de caso efetuados (Pil, 2023; Ndayikeza & Nimbona, 2023; Okoth, 2024; Seng et al, 2024), **os critérios mais utilizados** são:

- 1 Reconhecido e respeitado pela comunidade:** O ACSA deve ser um membro reconhecido e da confiança da comunidade. A nomeação do ACSA pelas autoridades locais ou pelos serviços veterinários deve, por isso, ser evitada a todo o custo, visto que isso limita severamente a aceitação do ACSA pelos criadores de gado.
- 2 Um criador de gado ou, caso não exista, alguém habituado a trabalhar com animais:** Para ser credível para os criadores de gado que solicitam ao ACSA intervenções e conselhos em matéria de saúde e produção animal.
- 3 Um habitante da comunidade:** A proximidade dos ACSA, e o facto de viverem perto dos criadores de gado, facilita a utilização dos seus serviços, uma vez que estão em contacto regular uns com os outros, mantêm relações sociais e, por conseguinte, têm mais facilidade em discutir questões de saúde animal.
- 4 Motivados:** Os ACSA devem ser selecionados com base na sua própria vontade e não devem ser nomeados por terceiros.

- 5 Dedicado e empenhado:** Os candidatos envolvidos na sua comunidade e solícitos têm mais probabilidades de prosperar na função de ACSA do que os candidatos apenas interessados em ganhos financeiros.
- 6 Disponível:** Os ACSA devem ter tempo suficiente para realizar as suas atividades de ACSA. Por isso, é aconselhável evitar escolher um candidato com demasiadas funções e responsabilidades na comunidade.
- 7 Disponibilidade para se deslocar nas distâncias** necessárias ao exercício das suas funções.
- 8 Estável na comunidade** (família, filhos, trabalho) para reduzir a probabilidade de sair para viver noutra local. Alguns programas acrescentam mesmo o critério de ser casado para reduzir a probabilidade de os ACSA formados abandonarem a sua comunidade após o casamento.

A **idade ideal** dos candidatos deve ser avaliada de acordo com o contexto local e cultural. No início de um programa, pode ser benéfico formar ACSA mais velhos, uma vez que estes tendem a ter um elevado nível de respeito por parte da sua comunidade. Mesmo que só trabalhem como ACSA durante alguns anos, podem ser catalisadores importantes para a aceitação dos ACSA na comunidade. Os candidatos mais jovens podem ter menos probabilidades de permanecer na comunidade, pois podem estar mais inclinados a procurar outras oportunidades na cidade do que os candidatos mais velhos. Por outro lado, os candidatos mais velhos podem ter mais relutância em percorrer longas distâncias. Estas considerações devem, portanto, ser averiguadas com a comunidade.



© AVSF

⁴ Na maioria dos países, não existem critérios oficialmente aceites pelas autoridades. No entanto, continua a ser possível definir um conjunto de critérios que são comumente aceites e reconhecidos no mesmo país.

Por último, as **mulheres** têm provado ser excelentes ACSA em muitas situações, e particularmente para os animais de pequeno porte (ver caixa “[Mulheres e programas ACSA](#)”). Por conseguinte, este é um critério importante a ter em conta quando o programa de ACSA tem como alvo os animais que são normalmente geridos por mulheres. Além disso, como as mulheres muitas vezes se revelam mais estáveis na comunidade do que os homens (estes últimos podem procurar oportunidades profissionais mais longe), os membros da comunidade acabam por nomear mulheres como ACSA para seleções subsequentes.

Para além dos critérios de seleção acima referidos, a comunidade pode considerar outros **atributos** ao selecionar os ACSA, tais como

- 1 Ter outras fontes de rendimento:** Na maioria dos casos, o trabalho como ACSA constitui um rendimento complementar de uma outra atividade geradora de rendimentos (produção vegetal, artesanato, pequeno comércio, etc.). É de notar que, como as mulheres raramente dispõem de fontes de rendimento próprias, este critério pode limitar a sua participação.
- 2 Possuir competências básicas de literacia e numeracia,** para facilitar a formação e o acompanhamento das atividades. No entanto, este critério deve ser adaptado ao contexto, nomeadamente nas zonas onde o acesso à educação é ainda limitado (ver caixa abaixo).
- 3 Demonstração de capacidades empresariais:** O espírito empreendedor é uma característica que deve ser enfatizada, pois a sustentabilidade das atividades dos ACSA está intimamente ligada à capacidade de promover e desenvolver os serviços prestados aos criadores de gado.
- 4 Ter experiência anterior no domínio da saúde animal:** As pessoas com um bom conhecimento empírico das doenças e/ou domínio dos tratamentos tradicionais podem ser valorizadas durante o processo de seleção. Do mesmo modo, pode valer a pena propor **antigos ACSA ou vacinadores formados** para harmonizar o sistema na zona e evitar torná-los potenciais concorrentes ou adversários. Nestes casos, a avaliação e o reconhecimento das aprendizagens anteriores permitirão adaptar o programa de formação.
- 5 Ser politicamente neutro,** para evitar a cessação das atividades do ACSA em caso de mudança política.

SOBRE O NÍVEL DE LITERACIA DOS CANDIDATOS A ACSA



Um nível mínimo de literacia facilita a formação, o acompanhamento das atividades e a interpretação das bulas dos medicamentos. Permite também que os ACSA sejam mais autónomos na sua própria formação contínua (acesso a documentos técnicos, conteúdos da Internet, etc.). Dito isto, antes de impor um nível mínimo de educação para se tornar um ACSA, devem ser antecipados os seguintes potenciais enviesamentos de seleção:

- Tendo frequentado a escola, os ACSA alfabetizados passaram geralmente menos tempo com o gado do que os outros membros da sua família. Os detentores de gado podem, portanto, **não ter confiança nas suas capacidades como detentores de gado** e, por conseguinte, como ACSA.
- Os candidatos que frequentaram a escola são frequentemente muito procurados e têm menos disponibilidade para prestar os seus serviços como ACSA. Geralmente, estes candidatos acabam por **abandonar a sua comunidade em busca de outras oportunidades profissionais**.
- Deve também ter-se o cuidado de garantir que este critério não introduz um **preconceito social** (uma vez que as pessoas alfabetizadas podem pertencer a uma “elite”) e que os ACSA selecionados estão verdadeiramente próximos da sua comunidade.

Um baixo nível de literacia não deve, portanto, constituir um obstáculo à seleção de ACSA altamente motivados, desde que os métodos de formação, os auxiliares de memória e as ferramentas de monitorização das atividades sejam adequados. Neste caso, recomenda-se que a formação em literacia seja incentivada durante os primeiros anos de trabalho dos ACSA, para que estes estejam suficientemente equipados para responder a certas exigências relacionadas com a sua nova função (Pil, 2023).



MULHERES E PROGRAMAS ACSA

Em muitos países, são as mulheres que cuidam do gado e são responsáveis pela nutrição e saúde a nível do agregado familiar. São frequentemente as primeiras a detetar sinais de doenças, quer nos animais quer no agregado familiar. São geralmente responsáveis pelos pequenos animais (cabras, ovelhas, aves de capoeira), que os médicos veterinários, os TAV e até os ACSA podem negligenciar e considerar como não rentáveis.

As mulheres podem, por isso, desempenhar um papel fundamental ao posicionarem-se como ACSA para estes animais.

Além disso, como os animais de pequeno porte são geralmente geridos por mulheres, pode ser socialmente mais aceitável solicitar aos ACSA do sexo feminino que cuidem deles. A formação de mulheres ACSA pode, portanto, promover interações entre mulheres e aumentar o acesso das mulheres à informação e aos serviços (Loriba et al, 2023).

No entanto, na prática, é frequente que muito poucas mulheres sejam escolhidas ou se voluntariem para se tornarem ACSA. Uma vez no terreno, a taxa de desistência entre as mulheres ACSA pode ser elevada, uma vez que nem sempre são chamadas pelas suas comunidades e muitas vezes têm de assumir tarefas domésticas ao mesmo tempo. Podem também ter dificuldade em viajar e enfrentar problemas de segurança. As mulheres ACSA encontram por vezes o seu nicho como gestoras de pontos de venda de produtos veterinários, uma vez que têm menos mobilidade. Além disso, as mulheres também são consideradas melhores gestoras do que os homens quando se trata de investimentos e crédito (Mariner et al, 2024).

Algumas iniciativas formam as mulheres ACSA apenas em espécies que são tipicamente geridas e tratadas por mulheres, e formam pares de homens e mulheres ACSA para oferecerem serviços complementares a ambos os criadores de gado, homens e mulheres. Outras iniciativas também as treinam para cuidar de grandes ruminantes (cujos cuidados são mais lucrativos), tal como fariam com os ACSA masculinos, para lhes dar as mesmas oportunidades de negócio. No segundo caso, a investigação mostrou que as mulheres ACSA acabam por ser solicitadas pelas suas homólogas a trabalhar apenas com pequenos animais, apesar de terem recebido uma formação mais extensa.

Estes resultados díspares estão ligados às normas sociais, que ainda não são muito favoráveis ao empoderamento das mulheres.

Assim, antes de considerar a formação de mulheres como ACSA, é necessário discutir, a nível da comunidade, se esta é uma escolha apropriada, dado o contexto cultural, e implementar atividades destinadas a reduzir as desigualdades de género e os estereótipos que impedem o sucesso das mulheres como ACSA. Um programa sensível ao género não se limita, portanto, à proporção entre mulheres e homens formados, mas deve também considerar a construção de todo o sistema: comunidades, associações de criadores de gado, autoridades locais, mercados, etc. (Pilares 1 e 2).

Em última análise, o objetivo é **promover, mas não impor, a participação das mulheres**. Nos casos em que a participação das mulheres se afigura adequada, a sua participação deve ser facilitada através da organização da formação na própria comunidade, em sessões curtas, de modo a permitir-lhes cumprir as suas responsabilidades familiares. Por último, como as mulheres têm menos acesso à educação, é de notar que o requisito de literacia pode constituir um obstáculo à seleção de mulheres ACSA.





© Aga Khan Foundation

4

FORMAR OS ACSA ADEQUADAMENTE



A qualidade da formação ministrada aos ACSA baseia-se nos seguintes princípios (Thonnat, 2002):

- 1** O programa de formação deve ser construído segundo uma abordagem **centrada nas competências** a desenvolver.
- 2** **As técnicas de ensino** devem ser adaptadas ao público-alvo (adultos, criadores de gado).
- 3** **O formador** deve ter as competências técnicas e pedagógicas adequadas para apoiar com êxito a formação dos participantes.
- 4** **Os materiais de formação são essenciais** e devem ser adaptados ao contexto local e ao nível de literacia dos participantes.

Estes princípios aplicam-se tanto à formação inicial (abordada neste Pilar) como à formação contínua ([Pilar 5](#)).



© Olivia Casari / AVSF



Embora o programa de formação deva ser adaptado às necessidades do contexto local, a harmonização da formação dos ACSA num país é um passo necessário para facilitar o reconhecimento oficial dos ACSA e garantir a qualidade dos seus serviços. Por conseguinte, será necessário definir um **conjunto comum de competências essenciais** que todos os ACSA de um mesmo país devem possuir, independentemente das suas funções no terreno. Para além deste conjunto básico comum, podem ser acrescentadas competências específicas em função do contexto e dos serviços que se espera que sejam prestados pelos ACSA (abordagem modular).

A este respeito, as Diretrizes de Competências e Currículos para os ACSA, desenvolvidas pela OMSA em 2024, podem orientar qualquer organização de formação ou de definição de normas, no processo de harmonização dos programas de formação dos ACSA. Utilizando uma abordagem baseada em competências, estas diretrizes propõem competências essenciais e competências adicionais (com resultados de aprendizagem associados) e abrangem tanto as competências técnicas como as competências transversais⁵.

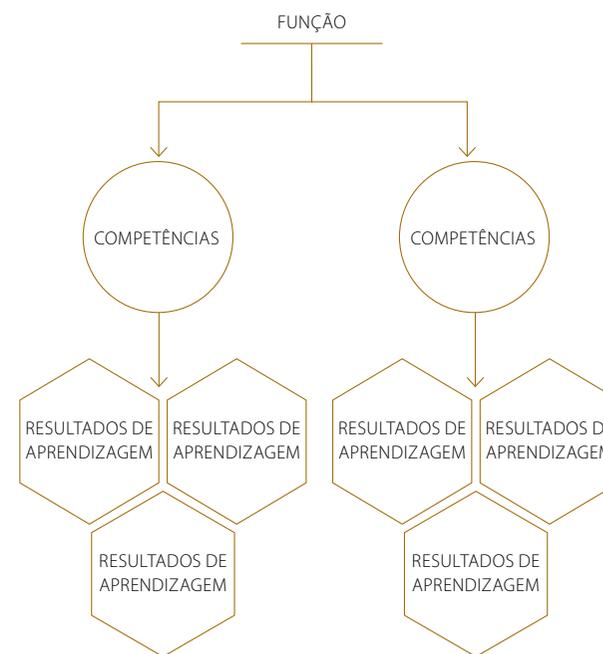
METODOLOGIA PARA A CRIAÇÃO DE UM QUADRO DE COMPETÊNCIAS

A conceção do programa de formação deve basear-se nos **resultados da identificação das necessidades e da definição de prioridades** (espécies animais, problemas ou doenças que os ACSA podem tratar) (Pilar 1), seguindo um processo em três etapas: **funções, competências e resultados da aprendizagem**.

O primeiro passo é identificar as **funções** que os ACSA terão de desempenhar nas suas comunidades - com base na avaliação das necessidades e em conformidade com a política nacional de apoio à pecuária. Por exemplo, os ACSA podem desempenhar funções de vacinação, de cuidados clínicos, de notificação de doenças, de serviços de extensão, etc. Com base nas funções, é desenvolvido um conjunto de **competências** necessárias para desempenhar cada papel ou função identificada, o que conduz ao quadro de competências. Por último, cada competência deve ser analisada, de forma a identificar-se os **resultados de aprendizagem** que os participantes devem alcançar nas sessões de formação, para efetivamente adquirir a competência.

É necessário garantir que cada elemento da formação é realmente necessário para alcançar estes resultados de aprendizagem: **a abordagem da formação deve centrar-se no desenvolvimento de competências concretas e não na aquisição de conhecimentos que não serão aplicáveis no terreno.**

Finalmente, todas as ações de formação dos ACSA devem incluir a descrição e a clarificação do âmbito de trabalho dos ACSA. Os ACSA devem ser capazes de descrever o sistema de saúde animal de que fazem parte e explicar as suas **funções, obrigações e os limites das suas atividades**. Especificamente, os ACSA devem ser capazes de reconhecer quando um caso ultrapassa as suas capacidades e deve ser encaminhado para o seu supervisor. Estes aspetos são essenciais e devem ser abordados em pormenor durante a sua formação.



⁵ Para serem bem-sucedidos no seu papel de prestadores de serviços de saúde animal de qualidade, os ACSA necessitam de uma combinação de competências técnicas e de competências transversais. **As competências técnicas estão** normalmente relacionadas com as capacidades necessárias para preservar e melhorar a saúde animal (prevenção e controlo de doenças, criação e bem-estar dos animais, gestão de fornecimentos farmacêuticos, manutenção de equipamento, etc.). **As competências transversais dizem respeito** à organização do trabalho e às capacidades dos ACSA para liderar, comunicar, informar e influenciar.



TÉCNICAS DE ENSINO

São necessárias **técnicas de ensino participativas**, uma vez que são mais adequadas ao perfil dos futuros ACSA.

Os ACSA são geralmente **adultos**, e os adultos aprendem melhor quando percebem que a sua aprendizagem vai ao encontro das suas necessidades. A prática, a partilha de experiências e a formação entre pares são abordagens particularmente frutuosas, por oposição às palestras centradas na apresentação do formador.

Os ACSA são também frequentemente **criadores de gado**: através da sua experiência na criação de gado, os participantes já possuem um certo número de conhecimentos e competências que devem ser tidos em conta antes de iniciar a formação e valorizados ao longo da mesma. Este **conhecimento autóctone** é particularmente notório para os pastores e agro-pastores que vivem diariamente com os seus animais. Antes de iniciar a formação, os participantes terão de ser consultados para avaliar o seu nível de experiência e identificar as suas necessidades reais de formação (reconhecimento da aprendizagem prévia), para adaptar o âmbito e a profundidade da formação a realizar. **Por conseguinte, a duração total da formação depende do contexto e das necessidades de formação identificadas.**

Em função das competências a desenvolver, podem ser utilizadas várias técnicas de ensino, uma vez que o domínio de uma competência implica geralmente várias áreas de conhecimento em simultâneo (conhecimento, saber-fazer, competências interpessoais) (Thonnat, 2002):

- A aquisição de **conhecimentos** baseia-se geralmente em apresentações, debates, trabalhos de grupo, estudos de caso e exercícios de resolução de problemas.
- O desenvolvimento do **saber-fazer** baseia-se no trabalho prático, que pode consistir em demonstrações, exercícios práticos ou sessões de formação, consoante o grau de domínio esperado para a competência ou a capacidade ensinada.
- **As competências interpessoais** são desenvolvidas através de encenação (*role-playing*), simulações e durante interações na vida real (por exemplo, com os criadores de gado entre as sessões de formação).

Estas atividades são essenciais para permitir que os participantes tomem consciência das suas próprias atitudes, de modo a poderem alterá-las, se necessário.

Estes métodos participativos também criam uma dinâmica interessante no seio do grupo: através de atividades lúdicas, os participantes aprendem uns com os outros, partilham as suas experiências e ajudam-se mutuamente a desenvolver as suas competências (alguns sentem-se mais à vontade com o trabalho prático, por exemplo, e outros sentem-se mais à vontade com as competências cognitivas). **A este respeito, o Guia da OMSA para formadores de ACSA pode fornecer orientações adicionais sobre abordagens que melhoram a qualidade da formação dos ACSA.**

A AU-IBAR (2003) recomendou que pelo menos 50% da duração total da formação dos ACSA seja dedicada à aplicação prática. O elemento-chave para o sucesso da formação é que, para cada elemento de formação abordado, os participantes devem ter a oportunidade de **assimilar o conceito ensinado e aplicá-lo na sua própria situação.**

Por fim, é necessário prever o **material** e os **animais** necessários para a realização deste trabalho prático. Este equipamento deve corresponder ao que os ACSA terão à sua disposição no terreno e a formação deve permitir que os ACSA se familiarizem gradualmente com este equipamento, sob a supervisão do formador. As visitas ocasionais aos mercados de gado para trabalhos práticos devem ser evitadas, pois geralmente não permitem que todos os participantes pratiquem e representam um risco para a saúde (introdução ou propagação de doenças). A opção preferível é **trabalhar em pequenos grupos com animais das suas próprias comunidades**, em condições reais e respeitando o bem-estar dos animais. Dado que algumas competências são difíceis de praticar em situações reais (por exemplo, o parto), o desenvolvimento de manequins de tecido em tamanho real (vitelo, cordeiro) pode ser uma alternativa interessante para a realização de simulações.



© Chris Bartels



RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS

É preferível realizar a formação **na comunidade**, uma vez que esta oferece várias vantagens:

- A participação da comunidade é incentivada (por exemplo, empréstimo de instalações, organização de refeições ou refrescos, empréstimo de animais para trabalhos práticos) e os ACSA desenvolvem um **sentimento de responsabilidade perante a sua comunidade** mais forte.
- A **confiança da comunidade no programa é reforçada**: os membros da comunidade podem observar a forma como a formação é realizada e, assim, compreender melhor os serviços futuros que podem esperar.
- Isto **facilita a participação das mulheres na formação**: as deslocações e as tarefas domésticas tornam-se menos problemáticas.



É prática corrente conceder ajudas de custo diárias aos candidatos para os compensar pelo tempo despendido na formação. O montante deve ser determinado de forma a cobrir as despesas incorridas pelos participantes (nomeadamente as despesas de transporte) e a compensar a sua perda de rendimento, caso tenham outras atividades geradoras de rendimento. Neste caso, pode ser adequado pedir-lhes que documentem o seu rendimento médio diário e compensá-los em função do número de dias de formação. Ao realizar a formação localmente, o recurso a ajudas de custo pode revelar-se menos necessário e a organização de uma refeição partilhada pela comunidade pode revelar-se suficiente.

Seguem-se algumas recomendações práticas:

- 1 Não formar mais de **15 participantes** ao mesmo tempo (AU-IBAR, 2003), para permitir uma interação suficiente entre os participantes e o formador.
- 2 Realizar a formação na **língua materna dos participantes**. Além disso, devido aos diferentes dialetos utilizados nas diferentes localidades, os nomes das doenças também podem ser diferentes (Abebe, 2006): antes da formação, os formadores devem familiarizar-se com estas potenciais diferenças. Sempre que possível, a utilização de um formador fluente na língua local é preferível à utilização de um intérprete.
- 3 Tente não exceder **5 horas de formação efetiva por dia**, alternando sessões teóricas e práticas durante o dia, com cada sessão a durar, no máximo, cerca de 40 minutos.
- 4 Na medida do possível, **dividir a duração total da formação** em várias sessões de 3 a 5 dias, espaçadas por um período a definir com os participantes (que varia geralmente entre uma semana e um mês). Esta sequência permite:
 - Dar aos participantes tempo para assimilarem e gradualmente porem em prática o que estão a aprender, permitindo-lhes tempo para os seus outros empregos ou tarefas domésticas.
 - Permitir que o formador e/ou supervisor visite os participantes no terreno para aprofundar alguns temas numa base individual e avaliar os seus primeiros passos como ACSA.
 - Rever com os participantes, no início de cada sessão subsequente, o que aprenderam nos módulos anteriores, as dificuldades que enfrentaram e as soluções que encontraram no terreno.
 - Reavivar periodicamente a dinâmica no seio do grupo de ACSA formados, o que, por sua vez, estimula a sua motivação.



5 Dado que os ACSA têm geralmente atividades agrícolas/pecuárias paralelas, é crucial antecipar os condicionalismos associados e garantir que a formação se realiza no **momento certo** para os participantes. **Os períodos de sementeira, de colheita e de migração devem ser evitados**, pois existe o risco de os participantes estarem menos concentrados ou mesmo ausentes. Por último, este momento oportuno pode ser diferente consoante os participantes sejam homens ou mulheres. O diagnóstico participativo prévio com as comunidades ([Pilar 2](#)) ajudará a identificar o momento certo, consoante o público-alvo.



6 Pode ser recomendável procurar um certo nível de homogeneidade no grupo, em termos de língua e literacia, para garantir que a formação é adequada para todos e que nenhum participante se sente sobrecarregado. No entanto, um público adulto é diversificado por natureza, pelo que o formador deve manter-se atento a esta diversidade durante a formação, para apoiar cada participante na sua aprendizagem. Por outro lado, pode ser benéfico para um grupo ser constituído por participantes com diferentes níveis de experiência e competências, de modo a que aqueles que estão mais à vontade possam ajudar os que têm mais dificuldades. A questão de ter participantes variados terá, portanto, de ser alvo de reflexão de acordo com o contexto.

7 Durante as sessões de formação dos ACSA, pode ser aconselhável utilizar **dois formadores** (por exemplo, um formador experiente e um formador mais jovem, ou o supervisor) para alternarem as aulas durante o dia, observarem diferentes técnicas de aprendizagem e apoiarem-se mutuamente quando for necessário um esclarecimento. A participação do supervisor na formação é particularmente importante, pois promove a confiança mútua entre este e os ACSA ([Pilar 6](#)).



© AVSF



Para além da formação presencial tradicional, estão a ser estudadas e implementadas cada vez mais **soluções de ensino à distância**. Embora a conectividade à Internet possa ser um desafio em algumas partes do mundo, estas abordagens de ensino à distância estão a revelar-se oportunidades particularmente adequadas para facilitar a participação das mulheres (Janzen et al., 2024). Estas soluções devem complementar a formação presencial, de modo a manter o contacto com o supervisor e os outros participantes e a permitir aplicações práticas com animais.



COMPETÊNCIAS DOS FORMADORES DOS ACSA

Para que uma formação de ACSA seja bem-sucedida, os formadores precisam de ter conhecimentos sobre o conteúdo e ser proficientes na utilização de técnicas de ensino participativas.

Os formadores dos ACSA (de preferência médicos veterinários) podem ter antecedentes técnicos muito variados em matéria de saúde e produção animal (ver caixa abaixo). Sem formação adequada, geralmente, dominam muito pouco as técnicas de ensino participativo e as competências de facilitação, que são essenciais para apoiar efetivamente os ACSA no desenvolvimento das suas competências.

Por conseguinte, é essencial assegurar a formação dos **formadores dos ACSA** para reforçar e harmonizar as suas competências técnicas e desenvolver as suas capacidades pedagógicas. Recomenda-se a elaboração de um **guia do formador**, que pode apoiar a formação dos formadores e, através da harmonização das competências dos formadores, apoiar a harmonização dos programas de formação dos ACSA.

Os esforços para harmonizar os formadores de ACSA devem, por conseguinte, ser encorajados a nível nacional e, idealmente, as iniciativas que planeiem formar ACSA deverão poder consultar uma lista nacional de formadores certificados que tenham concluído um curso de formação de formadores.



Reconhecendo a importância de equipar os formadores de ACSA com as competências de ensino adequadas, a OMSA desenvolveu um **Guia para formadores de ACSA** como ferramenta de acompanhamento das Diretrizes de Competências e Currículos para ACSA.

Os formadores podem ter perfis muito diferentes. No Níger, o formador de um grupo de ACSA é o médico veterinário privado que é responsável pela sua direção (Pil, 2023). No Burundi, a formação é confiada a consultores veterinários (Ndayikeza & Nimbona, 2023). No Sudão do Sul, os auxiliares de saúde animal (antigos ACSA que receberam formação adicional) formam novos ACSA (Okoth, 2024). No Camboja, os formadores são médicos veterinários de ONG ou funcionários veterinários provinciais/distritais que receberam formação oficial e estão acreditados pela Direção Geral de Saúde e Produção Animal (Seng et al, 2024). Apesar destas qualificações variadas, é possível traçar o perfil de um formador eficaz (Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da Etiópia, 2009):

- uma personalidade calorosa, com capacidade para conquistar a aprovação e a aceitação dos participantes,
- competências sociais, com a capacidade de reunir um grupo e de o controlar sem o sufocar,
- uma forma aberta de ensino, que não só gera ideias e competências, mas também utiliza as que são introduzidas pelos participantes,
- competências de organização, para garantir a preservação dos recursos e a organização logística sem dificuldades,
- competências de observação, que permitem identificar e resolver rapidamente os problemas dos participantes,
- entusiasmo pelo tema e capacidade de o apresentar de uma forma interessante,
- flexibilidade para responder a mudanças nas necessidades dos participantes,
- conhecimento profundo da matéria.

Os formadores também atuam como modelos para os ACSA que formam e, como tal, devem aplicar boas práticas de saúde e bem-estar animal durante a formação. Devem dar um exemplo de respeito e compaixão pelos animais e pelos seus donos.

MATERIAIS DE FORMAÇÃO

A formação deve basear-se em **materiais** que desempenham três funções principais:

- apoiam e documentam as sessões de formação,
- são utilizados pelos ACSA no terreno, como lembrete ou documento de referência,
- e podem ser utilizados como material de divulgação para as ações de sensibilização individuais ou coletivas que os ACSA podem levar a cabo.

Cada participante deve receber o seu próprio material de formação.

Estas ferramentas devem ser adaptadas ao nível de literacia do público-alvo: **deve ser evitada a utilização excessiva de texto em favor de ilustrações e desenhos claros e expressivos que sejam representativos do contexto local.** Se for utilizado texto, este deve ser redigido na língua local. Ao produzir os desenhos, é aconselhável recorrer a um ilustrador que esteja familiarizado com o contexto local, e fazer com que sejam validados por membros da comunidade para garantir que a mensagem a transmitir através do desenho é corretamente interpretada pelo público-alvo. Estes materiais devem, por conseguinte, ser especificamente concebidos para os participantes num determinado contexto.

Como também constituem instrumentos de trabalho, estes materiais devem ser concebidos e organizados de forma a facilitar a sua utilização no terreno pelos ACSA. Devem ser **duráveis e práticos de utilizar** (formato A4 ou B5, encadernados, laminados). Devem também ser elaborados **memorandos/ checklists ilustrados** para a utilização dos principais medicamentos veterinários, particularmente em contextos em que os ACSA não conseguem ler as instruções de utilização. Durante a formação, os participantes devem ter a oportunidade de utilizar estes materiais de apoio repetidamente, para que se familiarizem com eles e, uma vez no terreno, possam encontrar facilmente a informação de que necessitam.

Estes materiais de formação, tradicionalmente produzidos em papel, estão a ser cada vez mais disponibilizados e **acessíveis online**. As soluções de formação digital, por exemplo, através de pequenos vídeos didáticos ou de aplicações em telemóveis ou tablets, são oportunidades a explorar em contextos em que o acesso à Internet é satisfatório e em que os ACSA têm competências digitais.

AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

A avaliação deve ser efetuada em vários momentos da formação. Ao longo da formação, os formadores devem rever eventuais mal-entendidos com os participantes e responder a pedidos de esclarecimento (**avaliação contínua**). No final da sessão ou no início da seguinte, **a avaliação formativa** permite que os formadores verifiquem se os participantes adquiriram as competências esperadas e identifiquem as lacunas que devem ser colmatadas antes de avançar. Finalmente, a conclusão da formação com uma **avaliação final** é essencial para garantir que os ACSA recém-formados adquiriram as competências necessárias para prestar serviços de qualidade aos criadores de gado. É importante que esta avaliação se concentre em competências que podem, de facto, ser verificadas (e não em conhecimentos a serem memorizados e recitados).

Os ACSA que passarem no teste de avaliação final devem receber **um certificado** da organização de formação para documentar a conclusão da formação e diferenciá-los dos ACSA autoproclamados ou reprovados a nível local. Além disso, devem ser fornecidos aos ACSA outros materiais de reconhecimento (por exemplo, documento de identificação profissional) para reforçar a sua credibilidade e visibilidade junto das comunidades. Do mesmo modo, a emissão de um certificado de participação aos ACSA que não passaram no teste deve ser evitada, pois este tipo de documento tem um carácter oficial e pode ser interpretado como um diploma pelos criadores de gado. Neste caso, é preferível permitir que os ACSA reprovados façam de novo o teste, sujeitando-os a algumas sessões de recuperação.

Idealmente, nos países onde os ACSA são oficialmente reconhecidos, a avaliação final da formação deveria:

- basear-se num **currículo de formação oficialmente aprovado** pela autoridade competente,
- ser efetuada sob o **controlo** desta mesma autoridade, a fim de garantir a conformidade da avaliação com as normas nacionais,
- conduzir ao **reconhecimento oficial** e à **certificação** dos ACSA bem-sucedidos, que receberão certificados oficiais, documento de identificação profissional e outros materiais de apoio adequados.



INTEGRAR OS ACSA NA ABORDAGEM “UMA SÓ SAÚDE”

Onde os ACSA são mais necessários, ou seja, em áreas remotas e particularmente pastoris, não são apenas os serviços de saúde animal que faltam; também os serviços de saúde humana são frequentemente considerados inadequados ou indisponíveis. A nível local, os ACSA, os agentes comunitários de saúde (ACS) e os agentes comunitários do ambiente (ACA) trabalham geralmente nos seus respetivos sectores, embora sejam cada vez mais comuns as iniciativas para ligar estes três tipos de agentes comunitários. De facto, os benefícios de um sistema integrado são numerosos: **poupanças financeiras** para os implementadores (partilha de recursos, como a cadeia de frio ou os meios de transporte), **melhor vigilância das doenças, confiança no sistema e melhor cobertura dos serviços** (em termos de número e gama de serviços) nas comunidades (Mariner et al, 2024).

Um estudo recente sobre o envolvimento dos ACSA e dos ACS na prestação de serviços “Uma Só Saúde” (Mariner et al, 2024) identificou as principais abordagens à integração dos trabalhadores comunitários:

No primeiro cenário, os ACSA, os ACS e os ACA podem receber **formação conjunta**, manter funções e responsabilidades específicas nas suas respetivas disciplinas e trabalhar em conjunto no âmbito de um mecanismo comum de coordenação e supervisão “Uma Só Saúde” (supervisão integrada). Podem também ser solicitados a partilhar certas responsabilidades e atividades à medida que surjam necessidades de coordenação (por exemplo, para respostas a zoonoses, atividades de higiene alimentar, prevenção da resistência antimicrobiana, etc.). No contexto da notificação de doenças, é fundamental que todos os ACSA, ACS e ACA estejam informados de quais as autoridades locais competentes em matéria de saúde animal, saúde pública e ambiente, para que possam notificar em conformidade (por exemplo, os ACSA informam as autoridades de saúde pública quando detetam raiva canina ou um grupo de diarreia aquosa aguda em crianças, ou os ACS informam as autoridades veterinárias locais quando detetam casos humanos de febre efémera, etc.).

No segundo cenário, os trabalhadores comunitários recebem **formação cruzada** para permitir que a mesma pessoa preste serviços básicos de saúde aos animais e aos seres humanos. Esta abordagem é particularmente relevante para as comunidades transumantes, que são geralmente mal servidas por trabalhadores de saúde humana, que normalmente ficam ligados a instalações de saúde estáticas. Neste caso, os ACSA, que se deslocam com o gado, podem ser as pessoas mais adequadas para prestar cuidados básicos de saúde às pessoas, quando permitido pela regulamentação nacional.

Por conseguinte, a abordagem correta a implementar dependerá das necessidades do contexto e do quadro regulamentar existente. Como em qualquer outra iniciativa comunitária, os agentes comunitários terão de participar na identificação da abordagem de integração mais adequada às necessidades da sua comunidade. Terão de definir o seu sistema e as modalidades práticas da sua colaboração para que as suas ações “Uma Só Saúde” sejam eficazes.



5

PLANEAR A SUPERVISÃO E A FORMAÇÃO CONTÍNUA



A supervisão dos ACSA é importante para:

- 1** **Garantir a qualidade dos serviços** prestados aos criadores de gado, avaliando os conhecimentos e as práticas em termos de intervenções, utilização de equipamentos e medicamentos veterinários, e prestando apoio personalizado aos ACSA, com base nas necessidades identificadas em condições reais,
- 2** Reforçar a **motivação** dos ACSA e a **relação de confiança** entre os ACSA e o seu supervisor,
- 3** Incentivar a **aceitação e o apoio** das autoridades veterinárias locais e das comunidades,
- 4** Incentivar o seu **reconhecimento institucional**: uma vez que, em princípio, um TAV deve funcionar sob a responsabilidade e a direção de um médico veterinário⁶, será lógico esperar que um ACSA trabalhe sob a responsabilidade de um médico veterinário ou de um TAV, ou, na falta destes, de um funcionário adequado.

Permite igualmente assegurar uma conduta adequada, evitar os erros e garantir um processo de correção dos mesmos. Com efeito, na ausência de supervisão, alguns ACSA podem desviar-se (entrar no sector informal, vender medicamentos veterinários não certificados, oferecer serviços que ultrapassam o âmbito da sua formação, cobrar preços excessivos, etc.).

A monitorização e a regulamentação de longo prazo das atividades dos ACSA são, assim, essenciais para a sustentabilidade de todo o programa ACSA. Aquando da conceção do programa ([Pilar 2](#)), deve ser prevista a questão da supervisão dos ACSA e recursos inerentes, para garantir uma gestão eficaz e sustentável dos ACSA.

⁶ De acordo com a definição de Técnico Auxiliar de Veterinária no [Código Terrestre da OMSA](#)

VANTAGENS DA SUPERVISÃO POR UM MÉDICO VETERINÁRIO OU TAV PRIVADO QUANDO OS SERVIÇOS VETERINÁRIOS PÚBLICOS SÃO LIMITADOS

As iniciativas construídas em torno dos ACSA que trabalham sob a direção de **um médico veterinário ou TAV privado que opera uma clínica ou farmácia veterinária**, provaram ser especialmente relevantes e sustentáveis. No âmbito deste acordo, o médico veterinário ou TAV privado é responsável pelo **controle, apoio e fornecimento de medicamentos veterinários e equipamento de qualidade** aos ACSA que trabalham sob a sua supervisão. Esta relação beneficia ambas as partes:

- Ao trabalhar com os ACSA, os médicos veterinários ou TAV privados alargam a sua área de intervenção e melhoram a sua capacidade de chegar aos criadores de gado que não conseguiriam alcançar sozinhos. Os casos simples são geridos pelos ACSA, e os casos difíceis são encaminhados para os médicos veterinários ou TAV privados.
- Ao trabalhar com um médico veterinário ou TAV privado, os ACSA beneficiam de apoio técnico e de aconselhamento na gestão de casos difíceis, bem como de um acesso fiável a medicamentos e equipamento veterinário de qualidade.



Uma vez que os médicos veterinários e TAV privados dependem da sua rede de ACSA para prestar serviços aos seus clientes (e, por conseguinte, desenvolver as suas vendas), veem mais claramente o valor de apoiar os ACSA no desenvolvimento das suas competências e no acesso a equipamento e medicamentos de qualidade. Esta **situação de ganho mútuo** também soluciona as preocupações de concorrência frequentemente expressas pelos profissionais: **neste sistema, os ACSA e os médicos veterinários/TAV trabalham de forma complementar e não competitiva.**

No entanto, para que este modelo privado seja bem-sucedido, são necessárias várias condições (République du Niger - Ministère de l'Elevage, 2015):

- 1 Nos casos em que este modelo privado é implementado, **os governos devem retirar-se da prestação de todos os serviços de saúde animal preventivos curativos e de rotina (=não emergenciais)** e acabar com qualquer concorrência desleal por parte dos funcionários dos serviços veterinários públicos que prestam serviços pagos aos criadores de gado, para além das suas funções oficiais. Os governos devem concentrar-se na criação de um ambiente propício ao desenvolvimento das **Parcerias Público-Privadas** (PPP) (por exemplo, através do mandato sanitário, da utilização de cupões ou de incentivos) e reposicionar-se no seu **papel regulador** (monitorizando e controlando as atividades dos médicos privados e dos seus ACSA e assegurando o cumprimento dos regulamentos nacionais e locais).
- 2 O médico veterinário ou TAV privado é **responsável** pelas atividades realizadas pela sua rede de ACSA perante a autoridade veterinária e o organismo veterinário oficial.
- 3 O médico veterinário/TAV privado e os ACSA precisam de manter **boas relações**. Para isso, o supervisor deve ser competente, estar disponível para responder aos pedidos de apoio técnico dos ACSA, ser dinâmico e motivado e, idealmente, estar envolvido na seleção (Pilar 3) e na formação (Pilar 4) dos ACSA.
- 4 Os ACSA devem abastecer-se **exclusivamente junto do médico veterinário/TAV privado** a que estão filiados. Isto implica que a **qualidade e a disponibilidade** dos medicamentos veterinários e do equipamento, ao nível do médico veterinário/TAV privado, sejam satisfatórias (cadeia de abastecimento fiável).



© Arlette Bashizi / VSF Belgium



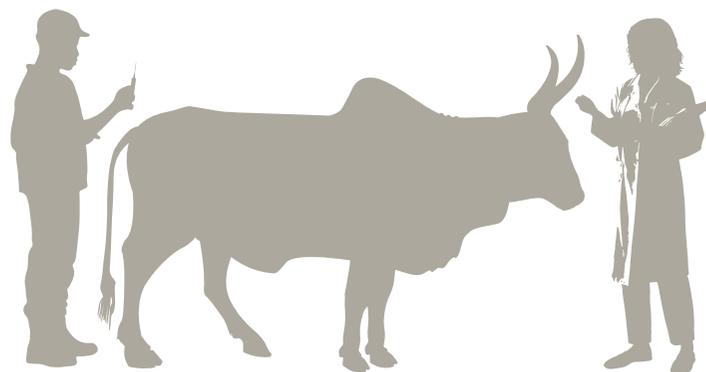
IMPORTÂNCIA DAS QUALIDADES DO SUPERVISOR

A eficácia e a sustentabilidade da supervisão dos ACSA dependem, em grande medida, das competências interpessoais do supervisor. Este deve ser proficiente em gestão de recursos humanos, comunicação e gestão do trabalho. O supervisor deve também ser empenhado, rigoroso, motivado e manter boas relações com os ACSA que trabalham sob a sua supervisão. Por este motivo, recomenda-se o planeamento de alguma formação para os supervisores, de modo a garantir que os ACSA beneficiam de uma supervisão e orientação de qualidade.

Quando, na área, nenhum médico veterinário ou TAV privado é capaz de supervisionar os ACSA, e não é possível, no momento, apoiar a criação de uma clínica ou farmácia veterinária privada, poderá ser implementada a solução de supervisão pelos serviços veterinários públicos. Esta opção deve ser considerada com cuidado, pois a experiência demonstrou que a supervisão dos ACSA pelos serviços veterinários públicos é muitas vezes difícil de implementar de forma efetiva e sustentável. Embora este papel de supervisão deva fazer parte das responsabilidades da função pública, as restrições orçamentais podem não permitir que os funcionários públicos desempenhem esta tarefa corretamente (falta de recursos humanos e logísticos).

Os projetos não devem pagar a funcionários públicos para supervisionarem os ACSA. Esta prática não é sustentável, pois é pouco provável que os serviços veterinários públicos locais tenham os recursos adequados para continuar esta tarefa quando os projetos terminarem. Em vez disso, devem ser mantidas discussões com o Ministério relevante para garantir que o controlo dos ACSA faz parte da descrição das funções dos funcionários públicos.

Por último, como, por vezes, alguns funcionários dos serviços veterinários públicos locais prestam aos criadores de gado serviços pagos, paralelamente às suas atividades oficiais, estes funcionários podem ver pouco interesse em supervisionar e reforçar as capacidades dos ACSA, uma vez que os possam considerar como potenciais concorrentes.



MODALIDADES DE ACOMPANHAMENTO DO ACSA

A monitorização deve basear-se na utilização de **instrumentos simples, claros e normalizados** para harmonizar as informações recolhidas.

As modalidades de monitorização devem ser definidas pelas principais partes interessadas ([Pilar 2](#)), a fim de criar um sistema que seja viável na prática e aceitável para todas as partes.

Estas disposições de monitorização podem ser mais frequentes no início, quando o ACSA precisa de mais apoio, e menos depois. Por exemplo, pode ser sugerido visitar o ACSA de 3 em 3 meses no terreno, durante os primeiros dois anos, e depois de 6 em 6 meses.

As visitas ao terreno são essenciais para que o supervisor tenha uma visão realista do nível de desempenho dos ACSA e possa reagir em conformidade. Além disso, estas visitas promovem o reconhecimento social dos ACSA e reforçam o compromisso dos criadores de gado com os serviços. No modelo privado, os supervisores devem, portanto, considerar estas visitas como um investimento necessário para manter os seus negócios saudáveis (Pill, 2023).

Para além destas visitas individuais ao terreno, podem ser organizadas **reuniões periódicas** em que os ACSA se juntam ao seu supervisor para relatar as suas atividades, discutir os casos observados e as dificuldades (técnicas ou de gestão) encontradas. Com base nestas discussões, o supervisor pode efetuar uma pequena sessão de atualização. Estas reuniões coletivas reforçam não só a relação entre os ACSA e o seu supervisor, mas também entre os próprios ACSA.

Tal como referido no [Pilar 2](#), **a participação da comunidade** no sistema de controlo deve ser assegurada e pode ser incentivada pelo supervisor, para que este tome conhecimento da ética do ACSA no trabalho (cumprimento das regras, qualidade dos serviços prestados, etc.).

Por último, sempre que as circunstâncias o permitam, a utilização das **tecnologias da informação e da comunicação (TIC)**, como os grupos de mensagens, pode facilitar o acompanhamento quotidiano. Além disso, os formulários ou aplicações digitais (por exemplo, para registar os eventos e ações de saúde em que os ACSA participam) podem servir de base para decisões baseadas em dados concretos e futuros ajustes do programa.

FORMALIZAÇÃO DO QUADRO DE COLABORAÇÃO

O quadro de colaboração entre os ACSA e o seu supervisor deve ser **formalizado** (por exemplo, através de um acordo) para clarificar o âmbito de trabalho dos ACSA, a área geográfica ou comunidade à qual os ACSA estão ligados e a autoridade veterinária privada ou pública perante a qual são responsáveis. A duração inicial do acordo e os termos de renovação e cessação da colaboração têm de ser claramente definidos, especialmente porque, em alguns países, as leis da prática veterinária ou outras leis podem responsabilizar o supervisor em caso de negligência por parte dos ACSA. Os compromissos, direitos e obrigações de cada parte devem, portanto, ser claros para todos e estar explicitamente declarados.

Para além deste acordo, recomenda-se que os ACSA sejam dotados de **ajudas de visibilidade** (por exemplo, crachá, uniforme) para estabelecer a sua legitimidade e credibilidade junto dos criadores de gado e para os distinguir dos ACSA autoproclamados (Pilar 4). A visibilidade é muitas vezes um fator de motivação para os ACSA, que a interpretam como um sinal de reconhecimento por parte das autoridades veterinárias competentes. No caso de o ACSA abandonar o programa (desistência, continuação no sector informal), a rescisão do acordo e a retirada das ajudas à visibilidade isentam o supervisor de responsabilidade.

FORMAÇÃO CONTÍNUA

Os cursos de formação contínua permitem:

- **manter as competências** adquiridas durante a formação inicial,
- **corrigir as deficiências** constatadas no terreno,
- **adaptar as competências** à evolução do contexto local (procura de novos serviços, novas doenças, novas estratégias de controlo, novos papéis para os ACSA, etc.).

Por conseguinte, a implementação da formação contínua é essencial e **depende estreitamente da supervisão adequada dos ACSA**.

O conteúdo da formação contínua deve ser adaptado às necessidades identificadas durante as visitas de acompanhamento. Logicamente, o supervisor deve ser (pelo menos parcialmente) responsável pela formação contínua da sua rede de ACSA.

Nos primeiros anos, é particularmente necessário um apoio próximo aos ACSA (combinando supervisão e formação contínua). Historicamente, recomenda-se que sejam organizadas sessões de formação de atualização de 5 a 10 dias, uma vez por ano (AU-IBAR, 2003). Esta recomendação pode exigir recursos significativos e pode ser difícil de implementar na prática. Para além das sessões de formação presenciais, podem ser considerados outros métodos:

- Visitas de acompanhamento ao terreno pelo formador e/ou supervisor, individualmente ou em pequenos grupos de ACSA vizinhos,
- Ou utilizando as tecnologias da informação e da comunicação (TIC). Estas incluem aplicações de mensagens (grupos de discussão e de autoajuda entre os ACSA, com a participação do supervisor), videoconferências com o formador e/ou supervisor, etc.



As **Diretrizes de Competências e Currículos da OMSA para os ACSA**, com a sua abordagem modular baseada em competências, também podem orientar a conceção de um programa de formação contínua.



6

PLANEAR O ACESSO A MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS DE QUALIDADE E A EQUIPAMENTO



Quer a iniciativa ACSA apoie a criação de uma nova cadeia de abastecimento ou reforce uma já existente, é essencial aderir às normas de prática veterinária e aos regulamentos de distribuição de medicamentos.

Na maioria dos países, os gestores de farmácias veterinárias têm de ser farmacêuticos qualificados, médicos veterinários ou TAV. Em alguns casos, os ACSA podem não estar autorizados a dispensar, armazenar, transportar ou administrar medicamentos veterinários. Estas considerações devem ser antecipadas, e é essencial para a sustentabilidade do programa que este seja concebido de acordo com a legislação atual.

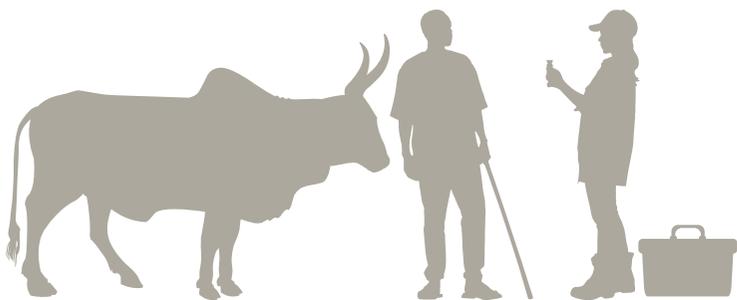


criação/reforço da cadeia de abastecimento

Recomenda-se usar uma cadeia de abastecimento existente para abastecer os ACSA, em vez de criar uma nova cadeia e arriscar-se a competir com os fornecedores locais. Nesse sentido, quaisquer fornecedores de medicamentos veterinários de qualidade e de equipamento presentes na área têm de ser identificados durante a fase de avaliação das necessidades ([Pilar 1](#)). O fornecedor selecionado tem de estar envolvido na conceção do programa desde as fases iniciais ([Pilar 2](#)). Na ausência de uma cadeia de abastecimento existente, a criação de uma estrutura ou rede privada local e de qualidade deve ser apoiada para garantir uma cadeia de abastecimento sustentável para os ACSA. Idealmente, os incentivos à criação deveriam ser concedidos sob a forma de um empréstimo e não de um subsídio, a fim de melhorar a sustentabilidade do programa.

Entre as possíveis estruturas privadas a criar, **deve ser dada preferência à criação de um consultório veterinário privado local ou de uma farmácia gerida por um médico veterinário ou por um TAV**, uma vez que tal permitirá também assegurar a supervisão da rede de ACSA ([Pilar 5](#)).

No entanto, este modelo pode enfrentar desafios de sustentabilidade em contextos onde os criadores de gado demonstram uma preferência pela **automedicação**. De facto, estes têm geralmente acesso fácil a farmácias não regulamentadas (por exemplo em bazares) onde podem comprar medicamentos veterinários mais baratos, muitas vezes falsificados ou de qualidade inferior, a vendedores com pouco ou nenhum conhecimento técnico. Além disso, onde já existem consultórios veterinários privados ou farmácias regulamentadas, não é raro ver os criadores de gado comprarem medicamentos veterinários diretamente nas instalações quando estão na cidade, evitando assim a necessidade de solicitar e remunerar o ACSA pela sua intervenção.



Para ultrapassar estas barreiras, devem ser implementadas **campanhas de educação pública** para que os criadores de gado compreendam o significado de qualidade, os riscos de medicamentos falsificados, de comprar a vendedores sem conhecimentos técnicos, e a probabilidade de que os custos mais baixos no bazar reflitam uma qualidade inferior dos medicamentos veterinários. Além disso, os criadores de gado devem ser sensibilizados para a importância de recorrer a prestadores de serviços de saúde animal qualificados, incluindo os ACSA, para cuidar dos seus animais (administração correta, utilização de produtos de qualidade, aconselhamento).

Para encorajar o uso dos serviços dos ACSA, alguns modelos privados desenvolveram uma **escala de preços** que permite aos ACSA comprar medicamentos veterinários a uma tarifa preferencial na farmácia. Isto permite que os ACSA cobrem uma taxa pelos seus serviços (para além do preço do produto) e ainda que ofereçam um serviço que se mantém num intervalo de preços aceitável para os criadores de gado (Pil, 2023).

Por fim, a eficácia deste modelo privado de fornecimento aos ACSA depende de vários fatores, entre os quais a **proximidade** do estabelecimento, a **disponibilidade e qualidade dos produtos, um bom aconselhamento técnico** (por exemplo, em casos difíceis) e, em geral, **boas relações pessoais** entre o ACSA e médico veterinário/TAV (confiança, facilidades de pagamento) (Pil, 2023). Tal como no caso do acordo de colaboração ([Pilar 5](#)), as condições de fornecimento dos ACSA (preços, condições de pagamento) por parte da clínica/farmácia veterinária privada devem ser claramente definidas desde o início.

O desenvolvimento de uma cadeia ou rede de abastecimento local deve ser acompanhado pela **capacitação do médico veterinário ou TAV** que opera a clínica/farmácia veterinária privada nas seguintes áreas:

- **boas práticas em matéria de fornecimento, armazenamento e distribuição de medicamentos veterinários** (conservação dos medicamentos em local seco, limpo e escuro, aplicação do método “primeiro a entrar, primeiro a sair”, manutenção da cadeia de frio, controlo e registo de stocks, problemas associados à venda livre, etc.). Devem ser explicados o seu papel e responsabilidades na luta contra o desenvolvimento de resistências a antimicrobianos.
- **finanças e gestão** (gestão financeira e manutenção de registos, acesso aos serviços financeiros, gestão otimizada de stocks, etc.).

Idealmente, este reforço das capacidades a nível local deve fazer parte de um programa de reforço das capacidades mais vasto, que abranja toda a cadeia de valor (importadores, grossistas, retalhistas, etc.).

Por sua vez, os ACSA devem receber formação sobre a forma de gerir as suas reservas de medicamentos veterinários (por exemplo, conhecimento dos limites de temperatura, importância de manter os produtos num local fresco e seco, necessidade de controlo de pragas, etc.). **A importância da utilização prudente dos medicamentos veterinários e o conceito de resistência antimicrobiana devem ser enfatizados durante a formação.**

Finalmente, para limitar o impacto que os medicamentos veterinários podem ter no ambiente, é fundamental que as clínicas e farmácias veterinárias tomem as medidas necessárias para gerir e eliminar os produtos de forma adequada, nas suas instalações. Os ACSA também devem receber formação sobre a eliminação segura de resíduos farmacêuticos (frascos, agulhas, produtos fora de prazo, etc.) e especialmente sobre a preparação, utilização e eliminação seguras de produtos tópicos de controlo de pragas (incluindo a utilização e eliminação de equipamento de proteção individual, manter as crianças afastadas das áreas de tratamento, não tratar animais perto de fontes de água, etc.).



As más práticas de gestão/conservação no ponto de venda podem levar à venda aos ACSA de medicamentos veterinários ineficazes ou mesmo inseguros, mesmo que os produtos recebidos fossem inicialmente de boa qualidade. Como resultado, os criadores de gado podem não confiar nos ACSA, ameaçando assim a sustentabilidade do programa.



FORNECIMENTO DE KIT INICIAL

O conteúdo do estojo de iniciação deve permitir aos ACSA responder às necessidades expressas pelos detentores de animais ([Pilar 1](#)) e deve corresponder aos medicamentos veterinários e aos equipamentos utilizados e demonstrados durante a sua formação ([Pilar 4](#)).

As recomendações que se seguem ajudarão as iniciativas privadas, públicas ou das OSC que planeiem formar os ACSA a evitar as dificuldades normalmente encontradas:

- 1 Evitar qualquer atraso entre o fim da formação e o fornecimento do kit básico.** Os ACSA devem receber o seu estojo assim que receberem a sua certificação, para que possam rapidamente pôr em prática as competências que acabaram de adquirir (Abebe, 2006).
- 2 Introduzir o kit gradualmente,** de acordo com o nível de competências dos ACSA. Num contexto em que o orçamento é geralmente limitado, é preferível fornecer um **kit básico mínimo a todos os ACSA formados**, para que possam iniciar as suas atividades e satisfazer as necessidades prioritárias dos criadores de gado (Pil, 2023). **Dar prioridade à qualidade e à fiabilidade em detrimento da quantidade.** Assegurar que o mínimo necessário esteja sempre disponível. No contexto do reforço dos ACSA já formados, será aconselhável fazer um balanço do equipamento já disponível para os ACSA para evitar duplicações. **Numa segunda fase,** e em função do desempenho dos ACSA e da evolução das necessidades dos criadores de gado, pode ser conveniente fornecer **equipamento adicional** e/ou alargar o arsenal terapêutico à disposição dos ACSA.
- 3** O equipamento escolhido e as suas peças sobressalentes devem estar **facilmente disponíveis localmente**, para facilitar a substituição e/ou reparação pelos ACSA numa estrutura local. Em contextos em que o equipamento não está disponível localmente, pode recomendar-se a identificação de artesãos locais que possam ser formados para fabricar alternativas locais sustentáveis e económicas.

- 4** Do mesmo modo, os **medicamentos veterinários que podem ser utilizados pelos ACSA devem ser facilmente acessíveis e estar disponíveis na clínica/farmácia veterinária privada.** Esta lista de medicamentos veterinários e de equipamentos deve ser definida em consulta com o ACSA e o seu fornecedor/supervisor de produtos veterinários. A Lista de Medicamentos Veterinários Essenciais para animais destinados à produção de alimentos, elaborada pela Associação Mundial de Veterinária (WVA) e pela Brooke, pode ajudar a definir a lista adequada de medicamentos veterinários para os ACSA.
- 5 A manutenção e a substituição** do material fornecido, as **condições de armazenamento dos** diferentes medicamentos veterinários que podem ser utilizados pelos ACSA e a **manutenção da cadeia de frio** devem ser objeto de uma formação ([Pilar 4](#)), para que os ACSA possam manter o seu material em boas condições.
- 6** Na medida do possível, devem explorar-se oportunidades de **partilha de custos com os ACSA e/ou a sua comunidade para o fornecimento inicial do kit.** Embora seja compreensível considerar a possibilidade de fornecer o kit gratuitamente aos ACSA - que ainda não iniciaram as suas atividades e não obtiveram um rendimento - a participação financeira das partes interessadas ajuda a reforçar a sua motivação e sentido de propriedade. No que diz respeito ao kit inicial, pode ser prudente antecipar que os ACSA possam, provavelmente, cometer erros de principiante (nos cálculos do preço de venda, nas margens de lucro, etc.) ao iniciarem as suas atividades.
- 7** Uma vez que o kit inicial tenha sido fornecido, **os ACSA devem ser responsáveis pela renovação do seu kit,** uma vez que obtêm um rendimento das suas atividades. A este respeito, as disposições de reposição devem ser antecipadas desde a fase de arranque do programa, em consulta com as partes interessadas relevantes (ACSA, comunidade e fornecedor de produtos veterinários). Devem ser explorados mecanismos de financiamento de base comunitária, acessíveis aos ACSA, que possam facilitar o reabastecimento de kits ([Pilar 2](#)). Em situações de emergência, as iniciativas que apoiam os ACSA devem seguir as recomendações do [Manual LEGS](#) e abster-se de fornecer produtos gratuitamente aos ACSA ou mesmo aos criadores de gado (ver caixa "[Os ACSA nas respostas de emergência](#)").





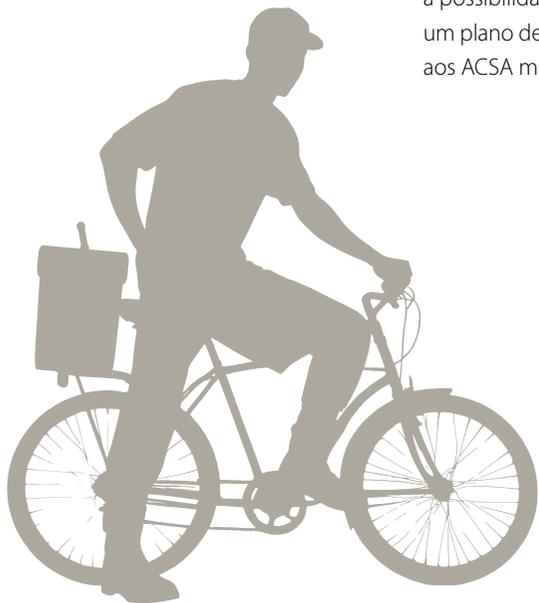
A utilização de animais como meio de transporte, embora adequada em zonas inseguras onde a utilização de veículos é limitada, revelou-se geralmente menos adequada (perdas, roubo, custos associados ao tratamento dos animais).

MEIOS DE TRANSPORTE

Um meio de transporte (por exemplo, uma bicicleta ou uma moto) é um investimento útil para os ACSA desenvolverem as suas atividades. No entanto, a oferta gratuita de uma bicicleta a um ACSA deve ser evitada na medida do possível, pois conduz frequentemente a uma falta de apropriação por parte do ACSA (deterioração, revenda, doação da bicicleta fornecida) (Okoth, 2024). **Os ACSA devem contribuir para a compra do seu meio de transporte e considerá-lo como um investimento que deve ser mantido ao longo do tempo.**

No entanto, no início das suas atividades, nem todos os ACSA têm capacidade financeira para comprar o seu próprio meio de transporte na totalidade. Os ACSA podem ser apoiados pela sua comunidade para o comprar (por exemplo, através de grupos de poupança, ver [Pilar 2](#)) ou podem também considerar a possibilidade de contrair um empréstimo (por exemplo, através de uma instituição financeira de microcrédito local).

No caso de um programa em que os ACSA estão ligados a médicos veterinários ou TAV privados, estes últimos podem também considerar a possibilidade de fornecer transporte aos seus ACSA e estabelecer um plano de reembolso - este apoio poderia ser prestado prioritariamente aos ACSA mais motivados e eficientes, para dar o exemplo.



IMPORTÂNCIA DA CADEIA DE FRIO

A confiança dos criadores de gado nos ACSA depende, entre outros fatores, da qualidade dos medicamentos veterinários que eles utilizam. Esta noção de **qualidade** engloba:

- **o abastecimento** junto de fabricantes certificados e a **entrega** no ponto de venda (clínica veterinária ou farmácia, ponto de venda a retalho),
- **o armazenamento** adequado (tanto no ponto de venda como ao nível dos ACSA),
- **a administração** correta aos animais.

A este respeito, a disponibilidade de **armazenamento** adequado da **cadeia de frio** deve ser cuidadosamente considerada, uma vez que muitos medicamentos e vacinas veterinárias requerem temperaturas frescas ou frias para manter a sua eficácia. Ao nível dos ACSA, as arcas frigoríficas **e os sacos de gelo** (e, idealmente, um termómetro para controlo da temperatura) devem fazer parte do equipamento fornecido. Este equipamento da cadeia de frio deve ser escolhido de modo a poder ser facilmente renovado a nível local, e devem ser exploradas, sempre que possível, oportunidades de mutualização com o sector da saúde humana.





7

ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO PROGRAMA

Os ACSA são prestadores de serviços locais de saúde animal que, dependendo do contexto, podem operar no sector privado e/ou no sector público.



ATIVIDADES DO SETOR PRIVADO

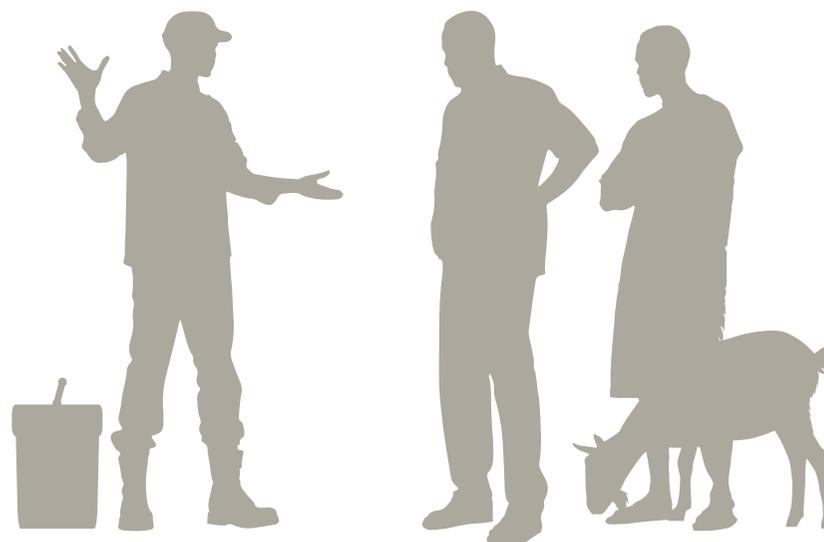
A sustentabilidade dos ACSA que operam no sector privado assenta nos seguintes elementos-chave:

- 1 Os criadores de gado precisam de compreender **os benefícios de recorrer a prestadores de serviços de saúde animal qualificados e de utilizar medicamentos veterinários de qualidade**, em vez de atores autoproclamados e medicamentos de origem desconhecida, particularmente no contexto em que estes últimos estão facilmente disponíveis (Vetwork UK, 2019) (Pilar 6). Deve ser explicado e promovido o valor das **medidas preventivas estratégicas**, como a vacinação (menos dispendiosa a longo prazo para os criadores de gado) e as **boas práticas de criação** para melhorar a saúde animal e os meios de subsistência da comunidade. As campanhas de sensibilização ajudam a reforçar a confiança dos criadores de gado e a aumentar a sua adesão aos serviços do ACSA. Para que estas campanhas sejam frutuosas, os ACSA têm de ser adequadamente formados em pecuária e produção animal e em abordagens para liderar reuniões comunitárias participativas com os criadores de gado (Pil, 2023; Ndayikeza & Nimbona, 2023).
- 2 **Os detentores de animais devem suportar os custos dos serviços sanitários de rotina (não urgentes) prestados pelos ACSA aos seus animais** (vacinações voluntárias, tratamentos, desparasitações, cuidados básicos, etc.) (Pilar 2). Este pagamento, em numerário ou em espécie, permite ao ACSA recuperar os seus custos de funcionamento (reabastecimento de material, renovação do equipamento, custo e amortização dos meios de transporte) e obter um lucro que considera satisfatório.

3 Para manter e desenvolver a procura dos serviços dos ACSA por parte dos criadores de gado, **as atividades de sensibilização e informação da comunidade** têm que ser organizadas numa **base regular e contínua** - não apenas no início do programa. Os ACSA, através das suas raízes comunitárias, devem ser os atores centrais na sensibilização. O envolvimento do seu supervisor, das associações de criadores de gado, das autoridades locais e dos serviços veterinários públicos também é importante, pois ajuda a reforçar a legitimidade e a credibilidade dos ACSA junto dos criadores de gado. Estas atividades de sensibilização devem abranger tópicos de saúde animal de interesse local e garantir que todos os atores locais relevantes⁷ tenham uma boa compreensão do programa dos ACSA (como funciona, os seus benefícios, as funções e responsabilidades de cada ator). Dependendo do tema, o público-alvo pode variar (criadores de gado sedentários, pastores, mulheres, jovens) e o local, o momento e as abordagens a utilizar terão de ser adaptados.

4 Os ACSA devem ser responsáveis pelo seu próprio fornecimento de medicamentos veterinários (e pela substituição do seu equipamento). No entanto, no início do programa, pode ser necessário apoiar os ACSA à medida que estes vão obtendo a adesão dos criadores de gado, por exemplo, através de **um sistema de recuperação gradual dos custos**: Os ACSA podem receber a primeira tranche de medicamentos gratuitamente e ser gradualmente obrigados a contribuir para os reabastecimentos subsequentes (por exemplo, até 50% do custo) até terem de suportar o custo total dos medicamentos. De um modo geral, há que ter em conta que a atividade dos ACSA é geralmente um complemento de outra atividade geradora de rendimentos.

5 Os ACSA e os seus supervisores necessitam das **competências e dos instrumentos adequados para a gestão empresarial básica** (custos, marketing, comunicação, etc.), pelo que o reforço das capacidades deve ser planeado a ambos os níveis.



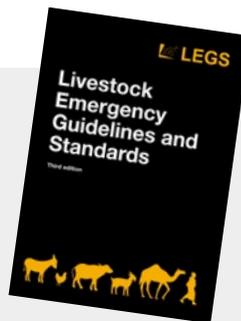
6 Os projetos ou programas que prestam serviços gratuitos aos criadores de gado (através do pagamento de salários aos ACSA ou do fornecimento gratuito de medicamentos veterinários aos ACSA e/ou aos criadores de gado) **impedem o desenvolvimento do sector privado**. Os criadores de gado habituem-se a serviços gratuitos e os ACSA habituem-se a ser pagos independentemente do número e do tipo de serviços prestados. Uma vez terminado o projeto, os criadores de gado têm relutância em pagar e os ACSA não tiveram a oportunidade de desenvolver as suas capacidades empresariais.

7 Num contexto de emergência, os criadores de gado podem ter perdido tudo e podem não ter capacidade para pagar o acesso aos serviços dos ACSA. A utilização de **cupões**, recomendada no [Manual LEGS](#), permite apoiar as populações vulneráveis sem competir com as iniciativas privadas já existentes (ver caixa "[Os ACSA nas respostas de emergência](#)").

⁷ Criadores de gado, associações de criadores de gado, autoridades locais (representantes eleitos, presidentes de câmara, líderes comunitários), operadores de mercado, serviços veterinários públicos locais, etc.



OS ACSA NAS RESPOSTAS DE EMERGÊNCIA



A investigação demonstrou que a prestação gratuita de serviços e medicamentos pelos ACSA durante uma emergência pode minar o mercado local de serviços de saúde animal: os criadores de gado estão menos dispostos a pagar pelos serviços que receberam gratuitamente durante a emergência, e os ACSA estão menos dispostos a comprar medicamentos que foram fornecidos gratuitamente. Consequentemente, os prestadores de serviços, tais como as clínicas/farmácias veterinárias privadas e os ACSA, vão à falência, deixando todas as partes interessadas em pior situação do que antes da emergência. Ao utilizar mecanismos baseados no mercado, tais como **cupões e transferências de dinheiro**, tal como é defendido no Manual LEGS (LEGS, 2023), os criadores de gado afetados por catástrofes têm os meios para pagar aos seus ACSA e, por conseguinte, os ACSA têm os meios para pagar aos consultórios/farmácias veterinários privados. Desta forma, os programas de emergência mantêm vivo o mercado local de serviços de saúde animal e garantem a sua saúde e vitalidade quando a emergência termina e a ajuda humanitária deixa de ser necessária.

Quaisquer intervenções de emergência devem concentrar-se no planeamento para a prestação atempada de cuidados clínicos veterinários, o que pode incluir o desenvolvimento de inventários dos ACSA existentes e de outros prestadores de serviços, o mapeamento e a avaliação das cadeias locais de fornecimento de medicamentos veterinários e a conceção provisória de assistência em dinheiro e vales com as comunidades, juntamente com parceiros do sector privado e do governo. O planeamento pode também envolver a garantia de que a força de trabalho veterinária está preparada para participar nas respostas durante as emergências.

O ideal é que já exista uma rede de ACSA. No entanto, numa situação de emergência, os novos ACSA podem ser formados em competências muito específicas, adaptadas às necessidades da emergência, para que possam prestar os serviços mais críticos durante a fase aguda. Depois disso, pode ser ministrada a restante formação inicial normalizada, para que estes trabalhadores comunitários possam obter o estatuto oficial, se for caso disso, e ser designados por “ACSA”. **Os parceiros humanitários devem planear a prestação de uma formação inicial completa aos ACSA antes da conclusão de um projeto, para evitar deixar estes trabalhadores da saúde animal no terreno, em não conformidade com os regulamentos nacionais.**

OPORTUNIDADES DE PROGRESSÃO NA CARREIRA

Os ACSA podem ter a **oportunidade de desenvolver as suas funções e responsabilidades**. Podem, por exemplo, tornar-se formadores assistentes de ACSA ou atuar como mentores de ACSA recém-formados a um nível muito local, para complementar e aliviar o supervisor. Alguns ACSA podem também diversificar os seus serviços ao longo dos anos, oferecendo inseminação artificial, alimentação animal, comercialização de animais (proporcionando assim um mercado garantido para os criadores de gado) e até produtos agrícolas (sementes, etc.).

Deve ter-se o cuidado de assegurar que esta diversificação está de acordo com as suas atividades definidas e que estas atividades adicionais não os distraem do seu papel principal como prestadores de serviços locais de saúde animal. Em certos contextos, e em conformidade com as disposições do organismo veterinário nacional, **os ACSA que satisfaçam um certo número de requisitos podem mesmo considerar a possibilidade de subir na carreira e tornar-se TAV.**

COOPERATIVAS/ASSOCIAÇÕES ACSA

Em alguns países, as redes de ACSA organizaram-se em **cooperativas ou associações**. Estes agrupamentos podem oferecer várias vantagens: partilha de experiências em casos difíceis, organização de cursos de formação conjuntos, partilha de informações sobre eventos de saúde animal na sua área, pedido de apoio em caso de solicitação excessiva, partilha de certos equipamentos dispendiosos, etc. (Seng et al, 2024). Quando organizados e estruturados, os ACSA podem também aumentar a sua capacidade de ação (compra coletiva de produtos/equipamentos, acesso a crédito junto de instituições financeiras, representação em discussões com outros profissionais da saúde animal, etc.). Para evitar qualquer relação de concorrência, estas iniciativas devem trabalhar em sinergia e complementaridade com o médico veterinário supervisor ou o TAV.



CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE OS CRIADORES DE GADO, OS ACSA E O SEU SUPERVISOR

Tradicionalmente, o ACSA é chamado por um criador de gado individual para ver um animal doente e espera-se geralmente que o ACSA administre um tratamento a esse animal. É cobrada uma taxa pelo serviço, que inclui a intervenção e a medicação administrada. Neste modelo, o rendimento do ACSA (e o da clínica ou farmácia veterinária privada, se for caso disso) está estreitamente ligado à venda/administração de medicamentos veterinários. Em alguns casos, isto pode levar a uma venda e administração excessivas de medicamentos e sobra pouca margem para os ACSA desenvolverem a sua oferta de serviços preventivos e de aconselhamento.

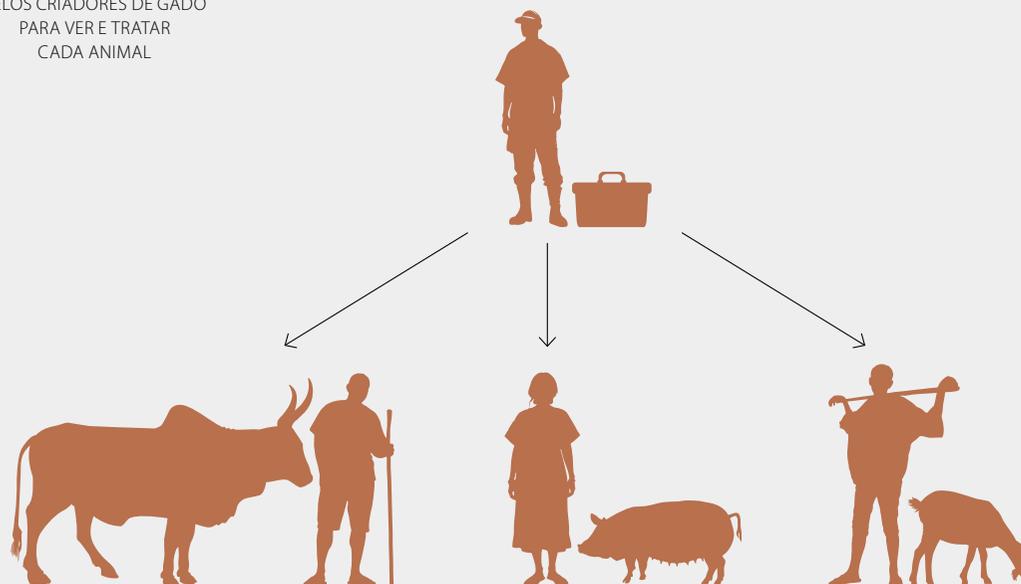
Um modelo inovador e promissor consiste em estabelecer um contrato coletivo entre os criadores de gado (reunidos numa organização profissional, grupo ou cooperativa), os ACSA e o seu supervisor (médico veterinário ou TAV privado). Estas três partes interessadas trabalham em conjunto

ao abrigo de um acordo: em conjunto, definem um pacote global de serviços de saúde animal com base nas necessidades dos criadores de gado. Através do pagamento de taxas anuais (que podem variar de acordo com o tamanho do rebanho) os criadores de gado podem aceder a estes serviços durante todo o ano, facilitando-lhes a utilização dos serviços de aconselhamento e prevenção oferecidos pelos ACSA.

O agrupamento dos criadores de gado e a partilha de serviços podem também facilitar a organização de atividades sanitárias de interesse coletivo (por exemplo, acesso a vacinas não subsidiadas, rastreio e diagnóstico de doenças, implementação de medidas de controlo em caso de emergência sanitária).

Alguns grupos apoiaram mesmo a criação de um sistema de seguros que incluísse um plano de indemnização em caso de mortalidade (Lavigne Delville, p.61, 2006).

A ACSA É PROCURADA PELOS CRIADORES DE GADO PARA VER E TRATAR CADA ANIMAL



UM CONTRATO COLETIVO ENTRE OS CRIADORES DE GADO E A ACSA, PARA UM PACOTE SERVIÇOS DE SAÚDE ANIMAL



ATIVIDADES DO SETOR PÚBLICO

Paralelamente às suas atividades privadas, os ACSA podem ser chamados pelos serviços veterinários públicos locais para realizar missões de interesse público na sua área, como o **recenseamento de animais, campanhas de vacinação ou vigilância e notificação de doenças**. Nestes contextos, os ACSA são agentes de sensibilização particularmente importantes para explicar os benefícios dos programas nacionais de prevenção e controlo das doenças aos membros das suas comunidades.

Na maior parte dos casos, os ACSA não recebem qualquer remuneração dos serviços veterinários públicos pela realização destas atividades. No entanto, nos contextos em que o médico veterinário ou o TAV privado realizam atividades de serviço público no âmbito de um contrato de prestação de serviços com os serviços veterinários (por exemplo, através do mandato sanitário), os ACSA membros da rede recebem uma remuneração pela sua participação. É o caso das campanhas de vacinação anuais e obrigatórias em alguns países (Pil, 2023). **O estabelecimento de uma parceria público-privada entre os serviços veterinários públicos, o médico veterinário/TAV privado e a rede de ACSA aumenta, portanto, a capacidade dos serviços veterinários públicos para salvaguardar a saúde animal, em todo o país.**

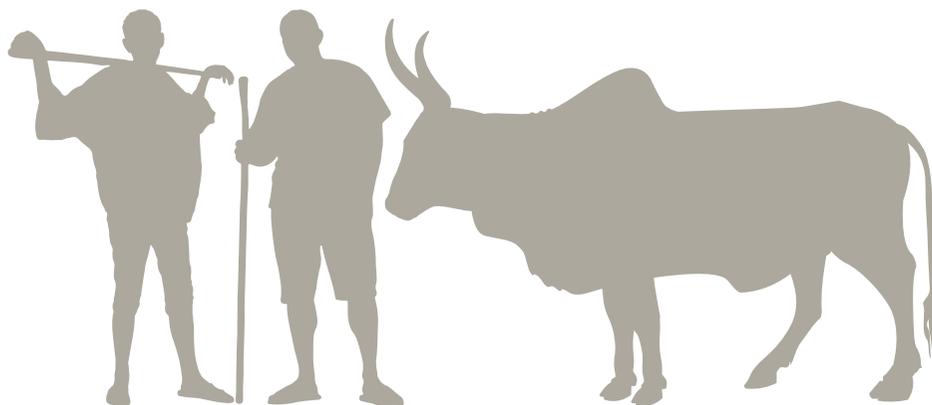
No que respeita ao papel dos ACSA na vigilância de doenças a nível comunitário, há que ter em conta vários aspetos:

1 Os ACSA devem aperceber-se dos benefícios da sua comunicação a nível comunitário. É comum que os ACSA comuniquem às autoridades veterinárias informações sobre surtos de doenças na sua área, sem que sejam tomadas quaisquer medidas. Se os funcionários públicos tomarem medidas no terreno na sequência de uma comunicação (seja para recolha de amostras, aconselhamento ou fornecimento de insumos), os ACSA ficarão mais motivados para comunicar, porque verão que a sua comunicação gera uma resposta e reduz o impacto da doença nas suas comunidades. Por conseguinte, confiar missões de vigilância aos ACSA só é pertinente se o sistema de vigilância local ou nacional for funcional, com uma cadeia de comando claramente definida

e recursos suficientes para investigar as notificações no terreno e no laboratório.

2 Os ACSA podem enfrentar desafios relativos à notificação presencial devido ao seu afastamento e à falta de opções de transporte. Nesses contextos, **a utilização de tecnologias de informação e comunicação pode facilitar e melhorar a atualidade da notificação de doenças** (Ikiror, 2020).

3 Quando comunicam uma suspeita de doença, os ACSA encontram-se numa **posição potencialmente conflituosa** (lealdade para com a sua comunidade, responsabilidade para com as autoridades veterinárias). Os criadores de gado podem pressionar o ACSA a não notificar um incidente por receio de serem sujeitos a medidas sanitárias restritivas (abate, restrições à circulação do gado, encerramento de mercados), muitas vezes sem qualquer indemnização. Para evitar esta situação, é vital que os criadores de gado sejam sensibilizados e convencidos do benefício coletivo da vigilância das doenças e que os ACSA compreendam plenamente a importância do seu papel no sistema de vigilância e as consequências da notificação ou não notificação de um evento de saúde animal.



NOTAS

Two columns of horizontal dotted lines for taking notes.





RECOMENDAÇÕES PARA MELHORAR A SUSTENTABILIDADE E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ACSA

O objetivo deste manual é orientar futuras iniciativas privadas, públicas ou de OSC na conceção e implementação de um programa ACSA que ofereça serviços de qualidade, económicos e acessíveis aos criadores de gado em áreas carenciadas.

Para que estes programas sejam bem-sucedidos, é necessário que exista e seja aplicado um quadro institucional favorável. Nos países onde os ACSA são necessários, os decisores devem abordar a questão das **funções e responsabilidades dos ACSA** e desenvolver um **quadro regulamentar para o seu âmbito de trabalho, formação e responsabilidade**, em complementaridade com a força de trabalho veterinária e auxiliar veterinária nacional.

Com base nos 7 pilares discutidos neste manual, foram formuladas recomendações para:

- organismos oficiais veterinários,
- serviços veterinários nacionais e ministérios sectoriais,
- iniciativas privadas, públicas ou de organizações da sociedade civil que planeiem formar e mobilizar os ACSA,
- y doadores e parceiros financeiros que planeiem apoiar os programas de ACSA.



© Olivia Casari / AVSF

PARA OS ORGANISMOS VETERINÁRIOS OFICIAIS

Um Organismo Veterinário Oficial (OVO) é uma entidade autónoma responsável pelo exame, certificação, registo e sanção dos prestadores de serviços de saúde animal num país. O OVO desempenha um papel fundamental no controlo da qualidade dos serviços prestados pelos ACSA. As recomendações que se seguem ajudarão a orientar os OVO na criação de um quadro nacional de atividades e formação para os ACSA:

- 1** Definir as **atividades autorizadas e proibidas** dos ACSA e **a forma como essas atividades devem ser supervisionadas**. Este conjunto de atividades deve ser determinado através de um processo de consulta com todos os intervenientes relevantes, tendo em conta as realidades no terreno e as preferências e necessidades dos criadores de gado.
- 2** Definir **padrões de formação** para os ACSA, especificando os critérios **mínimos de seleção** (Pilar 3), **o conteúdo mínimo da formação e as competências** a adquirir, **as técnicas de formação** a adotar e **os métodos de avaliação da formação** (Pilar 4), para harmonizar a formação dos ACSA em todo o país. As Diretrizes de Competências e Currículos da OMSA para os ACSA e o Guia para formadores de ACSA podem ajudar a conceber esse quadro de formação. Os ACSA existentes que não cumpram estes requisitos podem receber um curso de atualização para que possam ser autorizados a continuar as suas atividades como ACSA, se assim o desejarem. Idealmente, as iniciativas privadas, públicas ou das OSC que planeiem formar os ACSA, teriam de demonstrar que cumprem estes requisitos para serem autorizadas a fazê-lo. O OVO deve prever meios de controlo para garantir que estas iniciativas cumpram estes requisitos (por exemplo, através do balcão único, ver abaixo). Por último, o currículo deve ser revisto de 5 em 5 ou de 10 em 10 anos para adaptar a formação aos novos desafios da produção e da saúde animal.
- 3** Definir os **objetivos e as modalidades da formação contínua** (quem é responsável, que ações são possíveis, como avaliar o cumprimento dos objetivos) (Pilar 4). Nos casos em que a formação contínua é acessível e sistematicamente oferecida a todos os ACSA a nível nacional, a renovação da licença dos ACSA para exercer a profissão pode ser condicionada à sua participação, com êxito, em atividades de formação contínua.
- 4** Definir os critérios, as normas mínimas e as competências mínimas necessárias para se tornar um **formador de ACSA, criar uma formação de formadores** (apoiada por um guia do formador, materiais didáticos, etc.) e manter um **registo dos formadores certificados e autorizados** a formar ACSA no país. Esta ação contribuirá para harmonizar a formação dos ACSA (Pilar 4).
- 5** **Emitir uma licença para os ACSA** que satisfaçam os requisitos nacionais de formação, avaliação e controlo, e prever sanções em caso de má conduta profissional, até à retirada da licença. A licença materializa e garante a qualidade dos serviços prestados pelos ACSA aos criadores de gado. Esta autorização deve, por conseguinte, ser válida por um período e uma zona geográfica claramente definidos.

PARA OS SERVIÇOS VETERINÁRIOS NACIONAIS E OS MINISTÉRIOS DA TUTELA

Os serviços veterinários nacionais e os ministérios competentes (que desempenham uma função reguladora e asseguram o cumprimento da legislação veterinária) podem não ter uma ideia clara do número e da distribuição geográfica dos ACSA no seu país. As recomendações seguintes propõem ações concretas para resolver esta questão:

1 Criar uma **base de dados nacional dos ACSA ativos autorizados a trabalhar**, com a sua localização e a identidade do seu supervisor, para facilitar a sua gestão e acompanhamento. Esta base de dados deve ser compilada a nível local (com o supervisor, as autoridades locais e os serviços veterinários públicos) e enviada para o nível central. Deve ser atualizada todos os anos (remoção de ACSA inativos, adição de ACSA recém-formados) para planejar as necessidades futuras de formação e melhorar a cobertura onde forem identificadas necessidades. A utilização de aplicações móveis pode facilitar a criação e a atualização desta base de dados. Nos países em que os ACSA são reconhecidos e registados pelo organismo veterinário oficial, esta responsabilidade poderia caber ao secretário do OVO.

2 Estudar a viabilidade de criar um **balcão único para regular a formação e a colocação de novos ACSA**. Poderá ser um comité formado no seio do OVO ou uma entidade dentro do ministério/departamento relevante. Este balcão único reuniria informações sobre os requisitos de formação e supervisão, os requisitos de composição do kit mínimo e a atual distribuição de ACSA ativos. Cada iniciativa privada, pública ou de uma OSC que pretenda formar ACSA numa zona terá de demonstrar, com base numa análise do contexto local ([Pilar 2](#)) e nos dados do recenseamento dos ACSA ativos existentes, que são necessários mais ACSA, para que a sua formação seja aprovada. Se o número de ACSA na zona se revelar suficiente, mas a cobertura dos serviços continuar a ser considerada inadequada, estas iniciativas devem identificar as lacunas existentes e reorientar o seu apoio em

conformidade (por exemplo, através da melhoria das competências, do estabelecimento de redes com fornecedores locais para aceder a equipamento e medicamentos veterinários, de ligações com soluções de poupança e acesso ao crédito, etc.). **Para serem autorizadas a formar/reforçar os ACSA, as iniciativas privadas, públicas ou das OSC devem, por conseguinte, cumprir os requisitos estabelecidos a nível nacional.**

Paralelamente a este balcão único altamente centralizado, deveriam ser organizados encontros regulares com os atores locais para os associar a este processo central de decisão. Enquanto se aguarda a criação deste balcão único, a realização de **reuniões nacionais regulares com as iniciativas privadas, públicas e das OSC e com os doadores**, contribuirá para melhorar a coordenação entre os atores no terreno.

3 **Formalizar o reconhecimento institucional dos ACSA a nível nacional e local.** A nível nacional, advogar junto dos decisores políticos e legislativos para a **inclusão dos ACSA nas leis, atos, decretos e políticas relevantes**. A nível local, as autoridades veterinárias devem estar envolvidas na organização e validação da **formação** dos ACSA (por exemplo, através da emissão da licença para exercer a profissão, idealmente em colaboração com o OVO), fiscalizando a elaboração do **acordo** com o supervisor e fornecendo **materiais de visibilidade**, para que os ACSA possam ser considerados membros de pleno direito do sistema nacional de saúde animal. As autoridades veterinárias locais (em colaboração com o supervisor) devem também formalizar a saída dos ACSA do programa em caso de abandono ou despedimento, para evitar a continuação das atividades no setor informal, que pode confundir os criadores de gado ([Pilar 5](#)).



4 Tendo em conta os recursos limitados disponíveis para os serviços veterinários públicos, incentivar a **privatização dos serviços veterinários**:

- **Clarificar as atividades autorizadas e proibidas para os sectores privado e público** (por exemplo, na lei que regulamenta a profissão de médico veterinário) para acabar com a concorrência informal dos serviços veterinários públicos locais que prestam serviços pagos aos criadores de gado para além das suas funções oficiais. Esta concorrência desleal é prejudicial para o desenvolvimento do setor privado em geral e para a sustentabilidade dos serviços do ACSA em particular. Assegurar que este quadro jurídico seja aplicado, com sanções se necessário.
- **Desenvolver parcerias público-privadas** (por exemplo, através do mandato sanitário ou da utilização de cupões) que garantam uma transferência harmoniosa da prestação de serviços de saúde animal para os médicos privados. Incentivar a criação de clínicas ou farmácias veterinárias privadas aprovadas, geridas por médicos veterinários formados e qualificados ou por TAV, por exemplo, através de **incentivos fiscais ou do acesso ao crédito**.
- Assegurar que as **funções e responsabilidades** dos médicos veterinários privados na prestação de serviços de saúde animal sejam **reconhecidas tanto a nível central como local**. Isto pode incluir uma série de atividades de sensibilização, especialmente com os médicos veterinários locais no terreno.
- Criar um sistema de **controlo das atividades dos agentes privados** (papel regulador do governo ou do organismo veterinário oficial, responsabilidade do setor privado perante os serviços veterinários públicos e os criadores de gado). Definir claramente os papéis e as responsabilidades do médico

veterinário privado e dos serviços veterinários públicos locais no âmbito do programa ACSA e prever sanções em caso de incumprimento, por uma das partes, das regras estabelecidas.

- Formular uma **política clara em matéria de prestação de cuidados de saúde animal e de medicamentos veterinários por parte dos projetos e dos doadores**, nomeadamente em contextos humanitários, e garantir a aplicação dessa política. A prestação de cuidados e produtos gratuitos ou fortemente subsidiados prejudica todas as iniciativas de desenvolvimento do sector privado e confunde os criadores de gado ([Pilar 7](#)).

5 **Reforçar o sistema de vigilância das doenças a nível nacional e local**, para poder dar seguimento às notificações efetuadas pelos ACSA:

- Formalizar o papel dos ACSA nos estatutos e procedimentos do sistema de vigilância.
- Criar um mecanismo que permita aos ACSA comunicar informações sindrómicas (por exemplo, *através de* um portal numa aplicação móvel) e uma seção na base de dados nacional/local de saúde animal para recolher informações comunicadas pelos ACSA.
- Conceber protocolos para analisar as informações/relatórios gerados pelos ACSA e árvores de decisão a nível local e/ou nacional para determinar as ações a tomar com base nesta análise, tais como investigações de doenças, amostragem, planos de intervenção (tratamentos, vacinação e outras opções de controlo de doenças, como o encerramento de mercados, etc.).

PARA INICIATIVAS PRIVADAS, PÚBLICAS E DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE PLANEIEM FORMAR E MOBILIZAR ACSA

- 1** Há que ter o cuidado de **não criar sistemas paralelos**, mas sim de integrar os ACSA nas cadeias de prestação de serviços locais existentes:
 - Efetuar uma **análise completa do contexto local e uma avaliação das necessidades dos serviços de saúde animal** ([Pilar 2](#)). Incentivar o reforço dos atores existentes (ACSA, TAV ou vacinadores, se for caso disso), em vez de formar novos atores.
 - **Dar prioridade à qualidade em detrimento da quantidade:** a formação de mais ACSA não é, muitas vezes, a resposta para uma elevada taxa de ACSA inativos (Hoots, 2022). Analisar os fatores subjacentes a esta elevada taxa de desistência/inatividade e implementar as medidas adequadas para a resolver ([Pilar 2](#)).
 - **Estabelecer a ligação entre os ACSA formados e os prestadores de serviços de saúde animal na zona** (tais como médicos veterinários e TAV) para assegurar a sua supervisão, formação contínua e fornecimento de equipamento e medicamentos veterinários: **criar sinergias em vez de concorrência**.
- 2** Coordenar com as autoridades competentes para **compreender e aplicar claramente a legislação atual e os requisitos de formação e prática dos ACSA** (programa nacional de formação, licenciamento, etc.). Planear uma formação abrangente mínima para os ACSA, de modo a que lhes possa ser concedido o estatuto oficial, se for caso disso.
- 3** **Garantir o apoio das autoridades centrais à iniciativa ACSA e envolver as autoridades veterinárias locais na execução do programa.** Para as iniciativas públicas, isto faz parte do processo, mas algumas iniciativas privadas ou de OSC nem sempre atuam em consulta e coordenação com as autoridades veterinárias locais. Este facto é prejudicial para o reconhecimento institucional (formal ou informal) dos ACSA no terreno e, por conseguinte, para a sua sustentabilidade.
- 4** **Formalizar a colaboração (funções, responsabilidades, área de atuação) entre os ACSA e os seus supervisores** - estes últimos assumem a responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados pelos ACSA. Esclarecer, no acordo, os riscos e as obrigações dos supervisores em caso de negligência dos ACSA com quem colaboram. Considerar disposições de supervisão claras e realistas e tirar partido das TIC para facilitar a supervisão no terreno e a comunicação às autoridades veterinárias locais ([Pilar 5](#)).
- 5** Considerar **grupos de poupança comunitários e fundos rotativos, aplicações móveis de poupança e de transferência de dinheiro, e acesso a instituições financeiras locais de microcrédito** para a compra e renovação de equipamento, medicamentos veterinários e meios de transporte ([Pilar 6](#)).
- 6** Considerar a importância de implementar atividades **gradualmente e durante um longo período** no planeamento e financiamento de um programa:
 - Prever tempo e orçamento suficientes para implementar **atividades de sensibilização de forma** sustentada durante um longo período (antes da formação dos ACSA e durante o seu funcionamento), uma vez que estas criam e estimulam a procura de serviços de ACSA por parte dos criadores de gado (Pil, 2023). Destacar os benefícios de serviços de saúde animal e de medicamentos veterinários de alta qualidade e o valor da utilização de medidas estratégicas de prevenção, sublinhando simultaneamente os riscos associados à utilização de serviços e/ou produtos de baixa qualidade ([Pilar 7](#)).
 - Atribuir tempo suficiente para a **conceção participativa do sistema**, que deve satisfazer as necessidades dos criadores de gado (identificação e priorização das necessidades, seleção dos ACSA, modalidades de funcionamento do programa, papéis e responsabilidades dos atores envolvidos). É necessário tempo para dar a todas as partes interessadas a oportunidade





de exprimirem as suas necessidades e de participarem na tomada de decisões ([Pilares 1 e 2](#)).

- Considerar a importância crucial da **sequenciação da formação e da utilização de abordagens de formação participativas**: preferir a qualidade da aprendizagem à quantidade de formação ministrada (privilegiar a formação sequenciada ou intervalada durante um período prolongado, formadores competentes, facilitadores comunitários, *designers* locais, etc.) ([Pilar 4](#)).

7 Considerar a criação de **associações/cooperativas de ACSA**, em coordenação com o seu supervisor, para promover a sustentabilidade dos seus serviços e oferecer aos ACSA perspetivas de desenvolvimento profissional (diversificação de serviços, desenvolvimento pessoal e reforço de capacidades) (Seng et al, 2024) ([Pilar 7](#)).

8 Considerar modelos inovadores para a prestação de serviços de saúde animal, como a **contratação de serviços entre um grupo de criadores de gado, os ACSA e os seus supervisores**. Este modelo económico baseado em taxas anuais facilita o acesso dos criadores de gado aos serviços de saúde animal e pode estimular a sua procura de serviços preventivos e de aconselhamento ([Pilar 7](#)).

9 No caso das iniciativas das OSC, conceber uma **estratégia de saída que promova a sustentabilidade dos ACSA**:

- **Reconsiderar a estratégia de apoio que consiste em prestar serviços gratuitos aos criadores de gado e pagar salários aos ACSA**. Uma vez terminado o projeto, estes ACSA podem ser confrontados com criadores de gado que estão relutantes em pagar pelos serviços que anteriormente recebiam gratuitamente. Em vez disso, desde o início do projeto, sensibilizar para a necessidade dos criadores de gado contribuírem financeiramente para a recuperação dos custos,

de modo a beneficiarem dos serviços de saúde animal a longo prazo. Sensibilizar os candidatos a ACSA para o facto de que esta atividade é uma atividade secundária, cuja remuneração depende do seu nível de atividade e dos esforços realizados (sistema de incentivos baseado no desempenho) ([Pilar 7](#)).

- **Repensar o fornecimento gratuito de equipamento, medicamentos veterinários e transporte**. Redirecionar a estratégia de apoio para a criação ou o reforço de redes de abastecimento locais, tais como clínicas/farmácias veterinárias privadas, que garantirão um acesso fiável ao equipamento e aos medicamentos veterinários a longo prazo ([Pilar 6](#)).
- **Planear desde o início quem será responsável por assegurar a supervisão e a formação contínua dos ACSA** após o fim do projeto. Envolver estes atores desde o início do projeto para garantir uma transição suave ([Pilar 5](#)).

10 **Em situações de emergência, seguir as diretrizes e normas estabelecidas para a prestação de serviços de saúde animal no [Manual LEGS](#)**. Utilizar mecanismos baseados no mercado, tais como o fornecimento de vales ou dinheiro aos criadores de gado afetados por catástrofes, para que possam pagar aos ACSA pelos seus serviços. Os ACSA não devem ser pagos pelas ONG que implementam projetos. Os mecanismos baseados no mercado asseguram que o sistema local de saúde animal, incluindo os consultórios/farmácias veterinárias privadas, os ACSA, os TAV e os médicos veterinários se mantenham em atividade e não sejam ultrapassados pelas ONG e outros atores que distribuem bens e serviços gratuitos ([Pilar 7](#)).

PARA DOADORES/PARCEIROS FINANCEIROS

- 1** Reconhecer que **o estabelecimento de serviços de ACSA sustentáveis depende do tempo** atribuído às fases de concepção, implementação e monitorização/avaliação do programa:
 - **A participação ativa da comunidade (e a sua vontade de pagar pelos serviços dos ACSA) exige a implementação de uma abordagem mais ampla de desenvolvimento comunitário**, para criar a sua confiança e facilitar a sua apropriação das decisões. Isto pode exigir mais tempo e esforço se a comunidade tiver tido uma má experiência anterior com serviços de saúde animal ou se estiver habituada a serviços gratuitos.
 - **O envolvimento e a participação das autoridades veterinárias nacionais e locais** são importantes para assegurar a sustentabilidade institucional do programa, mas este processo pode levar tempo.
 - Para que o acompanhamento e a tutoria dos ACSA sejam eficazes e sustentáveis, **os supervisores devem beneficiar de um apoio personalizado a longo prazo** (reforço das capacidades no início da atividade, acesso a serviços financeiros, acompanhamento do desempenho da tutoria durante os primeiros anos, etc.).
 - Finalmente, **deve ser reservado um orçamento suficiente para efetuar uma avaliação do impacto das intervenções dos ACSA** na morbilidade e a mortalidade dos animais e nos rendimentos dos criadores de gado, para avaliar a eficácia do programa. Estes estudos fornecem informações essenciais para reorientar a estratégia do programa e aperfeiçoar as abordagens futuras (Nalitoleta & Allport, 2002; Bartels et al., 2017).

- 2** **Apoiar o desenvolvimento de consultórios/farmácias privadas** para o fornecimento inicial e o reabastecimento de medicamentos e equipamentos veterinários de qualidade. Estas estruturas, quando geridas por um médico veterinário ou um TAV privado, são particularmente adequadas para assegurar o acompanhamento e a orientação a longo prazo dos ACSA (Pilar 5).

- Apoiar a criação destas estruturas privadas, facilitando o seu **acesso a empréstimos**, por exemplo, através de instituições de microfinanciamento.
- Fornecer formação, para médicos veterinários e TAV que gerem uma farmácia, em boas práticas **para o fornecimento, armazenamento e distribuição** de medicamentos veterinários, e em **finanças e gestão** (Pilar 6).

- 3** **Repensar a estratégia de apoio destinada a reabastecer os kits dos ACSA com equipamento e medicamentos veterinários, em resposta a um baixo nível de atividade.** Os ACSA devem ser responsáveis pela reposição dos seus kits. Além disso, este apoio suplementar não melhora geralmente as suas atividades, nem lhes permite responder mais eficazmente às necessidades dos criadores de gado (Pil, 2023). Em vez disso, devem ser analisados os fatores subjacentes a esta inatividade (formação inadequada, acesso deficiente aos fatores de produção, incapacidade ou falta de vontade dos criadores de gado para pagar) e o apoio deve ser redirecionado em conformidade (por exemplo, através do financiamento da formação contínua, de campanhas de sensibilização da comunidade e do estabelecimento de ligações técnicas e comerciais com parceiros locais (fornecedores, supervisores, instituições locais de microfinanciamento).



CONCLUSÃO

Iniciativas privadas, públicas ou de OSC, organismos veterinários oficiais, serviços veterinários nacionais e ministérios sectoriais, doadores e parceiros financeiros: todos temos a nossa quota-parte de responsabilidade na garantia de um ambiente favorável aos ACSA. Este manual fornece orientações essenciais para o planeamento e gestão de programas de ACSA sustentáveis e de qualidade, funcionando em sinergia com a força de trabalho de saúde animal existente. Os países onde os ACSA não beneficiam ainda de um quadro regulamentar, são encorajados a apropriar-se das recomendações incluídas neste manual e a tomar as medidas políticas relevantes para assegurar a formação, supervisão e legislação adequadas aos ACSA, com o objetivo de assegurar serviços de qualidade aos criadores de gado e à profissão veterinária.



BIBLIOGRAFIA

- **Abebe, D.** (2006). Participatory Review and Impact Assessment of the Community-based Animal Health Workers System in Pastoral and Agro-Pastoral areas of Somali and Oromia Regions. Save the Children USA.
- **Alders, R.G., Ali, S.N., Ameri, A.A., Bagnol, B., Cooper, T.L., Gozali, A., Hidayat, M.M., Wong, J.T. and Catley, A.** (2020). Participatory Epidemiology: Principles, Practice, Utility, and Lessons Learnt. *Front. Vet. Sci.*, 7:532763. <https://doi.org/10.3389/fvets.2020.532763>
- **African Union - Interafrican Bureau for Animal Resources (AU-IBAR)** (2003). Policy on livestock auxiliaries. 3p. Nairobi.
- **Bartels, C.J.M., Fakhri, A.Q., Shams, M.H., Briscoe R.P., Schreuder, B.E.C.** (2017). Livestock mortality and offtake in sheep and goat flocks of livestock owners making use of services offered by paravets in West Afghanistan. *Prev Vet Med.* 1:146:79-85. <https://doi.org/10.1016/j.prevetmed.2017.07.019>
- **Catley, A., Leyland, T.** (2001). Community participation and the delivery of veterinary services in Africa. *Prev Vet Med.* 49(1-2):95-113. [http://doi.org/10.1016/s0167-5877\(01\)00171-4](http://doi.org/10.1016/s0167-5877(01)00171-4).
- **Catley, A., Blakeway, S., Leyland, T.** (2002). Community-based Animal Health Care: a practical guide to improving primary veterinary services. ITDG Publishing, London. 360 pages. ISBN1-85339-485-8.
- **Catley, A., Alders, R.G., Wood, J.L.** (2012) Participatory epidemiology: approaches, methods, experiences. *Vet J.* 2012 Feb; 191(2):151-60. <http://doi.org/10.1016/j.tvjl.2011.03.010>.
- **Cooperative for Assistance and Relief Everywhere (CARE)** (2024). Village Savings and Loan Associations Training Manual. A step-by-step guide for community-based trainers. Disponível em: <https://www.care-international.org/resources/village-savings-and-loan-associations-training-manual-step-step-guide-community-based>
- **Federal Democratic Republic of Ethiopia – Ministry of Agriculture and Rural Development.** (2009). Training of Trainers Manual for The Training of Community Animal Health Workers in Ethiopia.
- **Hoots, C.** (2022). A Literature Review of Community-based Animal Health Workers in Africa and Asia with Recommendations for Improved Practices. *Vétérinaires Sans Frontières International*. Brussels, Belgium. Disponível em: <https://vsf-international.org/project/cahws-literature-review/>
- **Hufnagel, H.** (2020). The quality of veterinary pharmaceuticals: a briefing paper for the Livestock Emergency Guidelines and Standards. Livestock Emergency Guidelines and Standards, UK. Disponível em: <https://www.livestock-emergency.net/wp-content/uploads/2020/11/LEGS-Discussion-Paper-The-Quality-of-Veterinary-Pharmaceuticals.pdf>
- **Ikiror, D., Gitau, G., Agoi, K., Njoroge, G., King'ori, W., Owuor, G., Kiritu, H.** (2020). Livestock disease surveillance through the use of Smart Phone Application in Isiolo County, Kenya. *East African Journal of Science, Technology and Innovation*, 2(1). <http://doi.org/10.37425/eajsti.v2i1.218>
- **Janzen, S., Magnan, N., Mullally, C., Sharma, S., Shrestha, B.** (2024). Going the Distance: Hybrid Vocational Training for Women in Nepal. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4843229>
- **Lavigne Delville, P., Kuhn R., Rosner, P-M., Thibault, D., Thi Thai, B.** (2006). Organisations locales et services de proximité. L'expérience du projet DIALOGS en appui au développement économique de zones rurales du Nord Vietnam. Disponível em: <https://gret.org/wp-content/uploads/2021/11/07741.pdf>
- **LEGS.** (2023). (2023). Livestock Emergency Guidelines and Standards, 3rd edition. Rugby, UK: Practical Action Publishing. <http://doi.org/10.3362/9781788532488>
- **Leyland, T., Lotira, R., Abebe, D., Bekele, G., and Catley, A.** (2014). Community-based Animal Health Workers in the Horn of Africa: An Evaluation for the US Office for Foreign Disaster Assistance. Feinstein International Center, Tufts University Africa



Regional Office, Addis Ababa and Vetwork UK, Great Holland. Disponível em: <https://fic.tufts.edu/publication-item/community-based-animal-health-workers-in-the-horn-of-africa/>

- **Loriba, A., Njiru, N., Galiè, A., & Awin, P.** (2023). Transforming livestock vaccine delivery to reach, benefit and empower women farmers in Ghana: approaches that work. Acedido em IDRC – CRDI: <https://hdl.handle.net/10625/62281>
- **Martin, M., Mathias, E., McCorkle C.M.** (2001). Ethnoveterinary Medicine: An Annotated Bibliography of Community Animal Healthcare. ITDG Publishing, Londres. 624 pages. Available at: <https://practicalactionpublishing.com/book/653/ethnoveterinary-medicine>
- **Mariner, J. C., Fascendini, M., & Bonini, G.** (2024). Opportunities for One Health Integration of Community Animal and Community Health Workers Main Report. North Grafton MA, USA: Tufts University School of Veterinary Medicine. Disponível em: <http://www.penaph.net/Resources>
- **Ministère de l'Élevage du Tchad.** (1996). Guide du formateur d'auxiliaire d'élevage. Disponível em: https://duddal.org/files/original_b78a4c37219255faec2ba78f27207a0671fefb37.pdf
- **Nalitolela, S. and Allport, R.** (2002). A participatory approach to assessing the impact of a community-based animal health project with Maasai communities in Tanzania (PLA 45). Disponível em: <https://www.iied.org/g02017>
- **Ndayikeza, C., & Nimbona, F.** (2023). CAHWs in Burundi: strengths, weaknesses, and prospects. *Vétérinaires Sans Frontières Belgique & Vétérinaires Sans Frontières International*.
- **OIE, AU-IBAR, CIRAD** (2018). Animal Health Pedagogical Toolkit. PRAPS Project. Disponível em: http://rr-africa.woah.org/en/projects/praps_en/
- **Okoth, S.** (2024). CAHWs in South Sudan: strengths, weaknesses and prospects. *Vétérinaires Sans Frontières Suisse & Vétérinaires Sans Frontières International*.
- **Pil, S.** (2023). CAHWs in proximity private veterinary services (PPVS) in Niger: strengths, weaknesses and prospects. *Vétérinaires Sans Frontières Belgique et Vétérinaires Sans Frontières International*.
- **République du Niger - Ministère de l'élevage.** (2015). Guide national : Mise en place des Services Vétérinaires Privés de Proximité (SVPP) au Niger
- **Seng, S., Min, S., & Rondeau, A.** (2024). VAHWs in Cambodia: strengths, weaknesses and perspectives. *Agronomes et Vétérinaires Sans Frontières & Vétérinaires Sans Frontières International*.
- **Thonnat, J.** (2002). La formation des auxiliaires d'élevage au Tchad : Principes et applications. *Agridoc. Revue Thématique* (3), 14-16.
- **Tourette Diop, I., Benzerrak, S.** (2011). Quality community animal health arrangements: lessons from AVSF's experience. *Agronomes et Vétérinaires Sans Frontières (AVSF)*. Paris, France. Disponível em: <https://www.avsf.org/en/publications/quality-community-health-arrangements/>
- **Vétérinaires Sans Frontières International.** (2023). Why and how to integrate the One Health approach into training of Community Animal Health Workers. Disponível em: <https://vsf-international.org/project/why-and-how-to-integrate-oh-cahw/>
- **Vetwork UK.** (2019). Operational barriers to applying LEGS. Research Report.

Esta publicação está disponível on-line em: <http://vsf-international.org/handbook-CAHW-programmes/>



VSF INTERNATIONAL
VÉTÉRINAIRES
SANS FRONTIÈRES

**Vétérinaires Sans Frontières
International**

Rue de la Charité 22
1210 Bruxelles - Belgique
info@vsf-international.org
vsf-international.org

